



SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
Avenida Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: (84) 3232-2125 e Fax: @fax_unidade@ - www.sead.rn.gov.br

EDITAL Nº 90007/2026

Processo nº 02810064.000587/2024-89

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90007/2026
PROCESSO Nº 02810064.000587/2024-89

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD, responsável pela fase externa das licitações oriundas do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), sediado na Av. Alm. Alexandrino de Alencar, 1379 - Tirol - Natal/RN - CEP: 59015-350 - Telefone: (84) 3113-6155, por meio de seus Pregoeiros Oficiais, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, designados pelas Portarias: 207/2023, publicada no D.O.E nº. 15.428-13 - Edição de 18 de maio de 2023 e Portaria 364/2023, publicada no D.O.E nº. 15.479-25 - Edição de 02 de agosto de 2023, designando através do Ato nº 28, de 20 de março de 2026 - COMPR/SEAD, **torna público**, para conhecimento das empresas interessadas, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Decreto nº 11.246, de 27 de Outubro de 2022, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, , Lei Estadual nº. 10.579, de 07 de agosto de 2019; Lei Complementar Estadual nº. 695 de 18 de janeiro de 2022, Decreto nº. 32.449, de 07 de março de 2023, tendo em vista o que consta do Processo nº 02810064.000521/2025-70, a abertura de licitação, na forma de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO, destinada a CONTRATAÇÃO de empresa especializada para a confecção e instalação de novos equipamentos de sinalização do Projeto Estudo de Balneabilidade das Praias do Rio Grande do Norte (PEBPRN). Os serviços incluem a **confecção e instalação de 15 totens e 37 placas, bem como a remoção de equipamentos antigos deteriorados, incluindo suas partes metálicas, bases e fundações; e o destino final ambientalmente adequado de todo o material removido.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA pelo **critério de julgamento MENOR PREÇO**, por meio de Sistema Eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal.

DATA: 03/07/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA: 10H
SÍLIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1. O objeto consiste na CONTRATAÇÃO de empresa especializada para a confecção e instalação de novos equipamentos de sinalização do Projeto Estudo de Balneabilidade das Praias do Rio Grande do Norte (PEBPRN). Os serviços incluem a **confecção e instalação de 15 totens e 37 placas, bem como a remoção de equipamentos antigos deteriorados, incluindo suas partes metálicas, bases e fundações; e o destino final ambientalmente adequado de todo o material removido**, de acordo com as especificações, obrigações e demais condições desta CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA e seus anexos, pelo **critério de julgamento MENOR PREÇO**.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATSER e/ou CATMAT e as constantes deste edital prevalecerão as últimas.

1.3. A licitação será realizada em Lote Único.

1.4. O quantitativos incoerentes a realidade dos dados foram levantados e definidos pelo Núcleo de Monitoramento Ambiental - NMA/IDEMA, no qual possui o mapeamento dos equipamentos de sinalização do Projeto Estudo de Balneabilidade das Praias da RMN, conforme planilhas de quantitativos e suas respectivas coordenadas de localização em UTM, abaixo descritas:

QUANTITATIVO ESTIMADO			
Item	Descrição dos serviços	Unidade de Medida	Quantidade
01	Serviço de confecção das placas	Unidade	37
	Serviço de confecção dos totens	Unidade	15
02	Serviço de instalação das placas	Unidade	37
	Serviço de instalação dos totens	Unidade	15
03	Serviço de remoção das placas existentes, incluindo partes metálicas, bases e fundações, e destino final ambientalmente adequado de todo o material removido	Unidade	24
	Serviço de remoção dos totens existentes, incluindo partes metálicas, bases e fundações, e destino final ambientalmente adequado de todo o material removido	Unidade	13
04	Comprovação de execução dos serviços	Relatório	01 para cada parcela de pagamento

COORDENADAS DE LOCALIZAÇÃO EM UTM

N	Descrição - Placas	Coordenadas em UTM (zona 25)	
		m E	m S
1	P-NF-01 - Nísia Floresta/Tabatinga	267426.00	9328049.00
2	P-NF-02 - Nísia Floresta/Búzios (Rio Doce)	266524.00	9334524.00
3	P-NF-03 - Nísia Floresta/Pirambúzios (Corais de Búzios)	266194.00	9336220.00
4	P-NF-04 - Nísia Floresta/Pirangi do Sul (Igreja)	265396.00	9337996.00
5	P-NF-05 - Nísia Floresta/Foz do Rio Pirangi	265192.00	9338198.00
6	P-NF-06 - Nísia Floresta/Lagoa de Arituba	267099.00	9328065.00
7	P-PA-01 - Parnamirim/ Rio Pirangi (Ponte Nova)	264585.00	9338091.00
8	P-PA-02 - Parnamirim/Pirangi do Norte (APURN)	264943.00	9338855.00
9	P-PA-03 - Parnamirim/Pirangi do Norte (R. Dr. Augusto Severo)	264577.00	9339500.00
10	P-PA-04 - Parnamirim/Cotovelo - (Restaurante Barramares)	262439.00	9340330.00
11	P-PA-05 - Parnamirim/Rio Pirangi-Pium - (Balneário Pium)	260616.00	9341433.00
12	P-NA-01 - Natal/Ponta Negra (Morro do Careca)	260076.00	9349159.00
13	P-NA-02 - Natal/Ponta Negra (Acesso Principal)	259711.00	9349343.00
14	P-NA-03 - Natal/Ponta Negra (R. C.G.Teixeira - escadaria)	259154.00	9349990.00
15	P-NA-04 - Natal/Ponta Negra (R. M.S. Medeiros)	258725.00	9350904.00
16	P-NA-05 - Natal/Via Costeira (Cacimba do Boi)	258557.00	9351383.00

17	P-NA-06 - Natal/Via Costeira (Barreira D'Água)	258298.00	9354778.00
18	P-NA-07 - Natal/Mãe Luíza	258323.00	9358311.00
19	P-NA-08 - Natal/Miami (Relógio Solar)	257900.00	9359297.00
20	P-NA-09 - Natal/Areia Preta (Escadaria de Mãe Luíza)	257702.00	9359501.00
21	P-NAE-Extra 01-Determinação Judicial - Natal (Areia Preta)	257837.00	9359394.00
22	P-NAE-Extra 02-Determinação Judicial - Natal (Areia Preta)	257763.00	9359426.00
23	P-NAE-Extra 03-Determinação Judicial - Natal (Areia Preta)	257721.00	9359472.00
24	PNAE-Extra 04-Determinação Judicial - Natal (Areia Preta)	257648.00	9359604.00
25	P-NA-10 - Natal/Artistas (Centro de Artesanato)	257176.00	9360405.00
26	P-NA-11 - Natal/Meio (Quiosque 13)	256915.00	9361485.00
27	P-NA-12 - Natal/Forte	256730.00	9362480.00
28	P-NA-13 - Natal/Redinha (Rio Potengi)	256010.00	9363595.00
29	P-NA-14 - Natal/Redinha (Igreja)	256093.00	9363775.00
30	P-NA-15 - Natal/Redinha (Barracas)	255788.00	9364877.00
31	P-EX-01 - Extremoz/Redinha Nova (Espigão)	255911.00	9365570.00
32	P-EX-02 - Extremoz/Redinha Nova (Barraca Maresia)	256106.00	9366692.00
33	P-EX-03 - Extremoz/Jenipabu (Barracas)	255728.00	9370192.00
34	P-EX-04 - Extremoz/Barra do Rio	254393.00	9372362.00
35	P-EX-05 - Extremoz/Graçandu	254419.00	9374301.00
36	P-EX-06 - Extremoz/Pitangui (Av. Pitangui)	254179.00	9377100.00
37	P-EX-07 - Extremoz/Lagoa de Pitangui	253431.00	9375127.00

N	Descrição - Totens	Coordenadas em UTM (zona 25)	
		m E	m S
1	T-NF-01 Nísia Floresta/Tabatinga	267240.00	9329982.00
2	T-NF-02 Nísia Floresta/Búzios	265889.00	9336975.00
3	T-NF-03 Nísia Floresta/Pirangi do Sul	264869.00	9337871.00
4	T-PA-01 Parnamirim/Pirangi do Norte	263307.00	9339785.00
5	T-PA-02 Parnamirim/Cotovelo	262356.00	9340397.00
6	T-NA-01 Natal/Ponta Negra	258952.00	9349858.00
7	T-NA-02 Natal/Via Costeira	258291.00	9356621.00
8	T-NA-02 Natal/Areia Preta	257625.00	9359645.00
9	T-NA-03 Natal/Praia dos Artistas	257063.00	9360856.00
10	T-NA-04 Natal/Redinha	256022.00	9363679.00
11	T-EX-01 Extremoz/Redinha Nova	255780.00	9364818.00
12	T-EX-02 Extremoz/Jenipabu	253898.00	9370626.00
13	T-EX-03 Extremoz/Barra do Rio	254181.00	9372367.00
14	T-EX-04 Extremoz/Graçandu	254199.00	9375858.00
15	T-EX-05 Extremoz/Pitangui	252954.00	9376469.00

1.5. O VALOR ESTIMADO para prestação dos serviços, segundo Pesquisa Mercadológica esta em **R\$ 3.129.800,00** (três milhões cento e vinte e nove mil e oitocentos reais), segundo Anexo I desta Concorrência.

CAPÍTULO II - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar desta CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, Pessoa Jurídica que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado, que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria da Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio eletrônico oficial: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>
- 2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar desta Concorrência deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.
- 2.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CONTRATANTE responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 2.2. Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.
- 2.3. **Não poderão participar** da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente, empresas que, por qualquer motivo:
- 2.3.1. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, tendo por fundamento o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;
- 2.3.2. estejam impedidas de licitar e contratar com o ESTADO, nos termos do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;
- 2.3.3. tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o ESTADO, nos termos Lei nº 14.133/2021;
- 2.3.4. estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- 2.3.5. encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação;
- 2.3.6. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 2.3.7. Em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- 2.3.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.3.9. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.3.10. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.3.11. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.3.12. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.3.13. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.3.14. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho

infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.3.15. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.3.16. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

2.3.17. O impedimento de que trata o item 2.3.11 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

2.3.18. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.3.9 e 2.3.10, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.3.19. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.3.20. O disposto nos itens 2.3.9 e 2.3.10, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.3.21. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

2.3.22. A vedação de que trata o item 2.3.12, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

2.4. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo e referidas anteriormente, o Pregoeiro relatara o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.5. As Licitantes poderão fazer um reconhecimento no local da obra antes da apresentação das propostas, por meio de preenchimento do Termo de Vistoria, a fim de tomar conhecimento da situação atual das instalações, da extensão dos serviços a serem executados, das dificuldades que poderão surgir no decorrer da obra, bem como cientificarem-se de todos os detalhes construtivos necessários à sua perfeita execução.

2.6. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os interessados não poderão alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto da contratação decorrente do presente certame.

2.7. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração de dispensa de vistoria emitida pela Licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com o CONTRATANTE.

CAPÍTULO III - DA VISTORIA

3.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia.

3.2. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o representante legal da empresa ou responsável técnico poderá realizar a vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 14 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (84) 3113-6155 ou (84) 3113-6123, ou através do e-mail: nae@idema.rn.gov.br

3.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

3.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação da Concorrência estendendo-se até o segundo dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

3.5. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

CAPÍTULO IV - DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o preço total anual de cada local e quantitativo **para 12 (doze) meses** (para os locais e quantitativo referentes à mão de obra), observadas as especificações constantes dos anexos deste edital, expressos em algarismo arábico, na moeda corrente nacional, considerados apenas até os centavos, **compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto do contrato**, em especial observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e **o Acordo Coletivo de Trabalho ou a Convenção Coletiva de Trabalho indicado**(a) sob a responsabilidade da licitante nos termos do item 11.1.

a) O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado às informações complementares da proposta.

4.3. A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

4.3.1. de condições de participação:

a) sobre ciência do edital;

b) sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

4.3.2. para fins de habilitação:

a) sobre atendimento aos requisitos de habilitação;

b) sobre inexistência de impedimento à habilitação;

c) sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;

d) sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

e) sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

4.3.3. de cumprimento da legislação trabalhista:

a) sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;

b) sobre cumprimento às exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitada da Previdência Social e para aprendiz.

4.4. Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

4.5. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

4.6. A licitante que seja beneficiada pela desoneração tributária prevista na Lei nº 12.546/2011, incluindo suas alterações posteriores, deverá observar os valores máximos aceitáveis específicos *para empresas com desoneração*.

4.7. Considerando tratar-se de contratação de serviços de engenharia, a licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional não poderá se utilizar dos benefícios do regime tributário diferenciado em sua proposta de preços e, caso venha a ser contratada, estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência de sua exclusão obrigatória a contar do mês seguinte ao da contratação, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, excetuadas as situações previstas pelos arts. 17, §1º, e 18, §5º-H, da referida lei.

4.8. Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.9. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

4.10. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.10.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.11. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

4.12. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

I - para aquisição de bens:

- a) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto;
- b) 15 (quinze) dias úteis, nas hipóteses não abrangidas pela alínea “a” deste inciso;

II - no caso de serviços e obras:

- a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;
- b) 25 (vinte e cinco) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços especiais e de obras e serviços especiais de

engenharia;

c) 60 (sessenta) dias úteis, quando o regime de execução for de contratação integrada;

d) 35 (trinta e cinco) dias úteis, quando o regime de execução for o de contratação semi-integrada ou nas hipóteses não abrangidas pelas alíneas “a”, “b” e “c” deste inciso;

III - para licitação em que se adote o critério de julgamento de maior lance, 15 (quinze) dias úteis;

IV - para licitação em que se adote o critério de julgamento de técnica e preço ou de melhor técnica ou conteúdo artístico, 35 (trinta e cinco) dias úteis.

4.13. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

CAPÍTULO V - DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.2.1. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo **e-mail: licitacoes@sead.rn.gov.br**, ou no **Contato: (84) 9 8127-6028**, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

CAPÍTULO VI - DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

6.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “**ABERTO E FECHADO**”, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

6.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 6.3.

6.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

6.3.1. proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

6.3.2. proposta com preços os valores ofertados configurarem preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade

6.4. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

6.5. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6

CAPÍTULO VII - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.4. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

7.4.2. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

7.4.3. Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusividade e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.5.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.6. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.6.1. A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

7.7. Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de **R\$ 100,00** (duzentos real).

CAPÍTULO VIII - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei nº Complementar nº 123/2006, **salvo** em caso do valor estimado para a contratação superar a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, em conformidade com o §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO IX - DO JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e

9.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

9.3. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.7. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

9.9. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

9.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.

9.12. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

9.13. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) contiver vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.14. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.15. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 9.16. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a) Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- b) Se o regime é o de empreitada por preço unitário, cabe desclassificação em razão de custos unitários superiores aos orçados pela Administração, conforme [art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#), que expressamente se refere ao critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, bem como pela definição de sobrepreço do art. 6º, LVI, que expressamente estabelece que esse pode ocorrer em relação ao preço unitário nesse regime. Assim, em princípio, é cabível estabelecer um critério próprio, conforme as peculiaridades do caso, que pode envolver os custos tidos como relevantes, eventual margem em relação ao preço de referência etc. A menção aos custos unitários tidos como relevantes acima é mera sugestão, podendo o órgão ou entidade estabelecer o critério que lhe parecer mais adequado tecnicamente.
- c) No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.17. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

9.18. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.19. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.20. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

9.21. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

9.22. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

9.23. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

9.24. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.25. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.26. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.27. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.28. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

9.29. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.30. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.31. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.32. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.33. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.34. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

- a) declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
- b) cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;
- c) cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e
- d) declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.35. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

9.36. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

9.37. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.38. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

9.39. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

CAPÍTULO X - DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.3. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

CAPÍTULO XI - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com os Anexos do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

11.1.1. A proposta de preços deverá, ainda, estar acompanhada dos seguintes anexos:

Em relação ao objeto: Planilha de composição de custos e formação de preços, conforme Anexo I, deverá constar Planilha orçamentária de quantidades e preços unitários assinada por profissional habilitado. Nos preços deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e demais despesas, tais como BDI, frete, embalagens, instalação, seguro, garantia e quaisquer outras que sejam pertinentes, com preço mensal e global total da proposta para os 12 (doze) meses de execução contratual;

a.1. A composição dos custos da proposta deverá estar incluído a previsão dos Acordo Coletivo de Trabalho ou da Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a) sob a responsabilidade da licitante nos termos da alínea a.1.1, devendo ser observado, como valor mínimo do salários-base das categorias envolvidas na execução do contrato.

a.1.1. É de responsabilidade da licitante a indicação do ACT/CCT tendo em vista seu enquadramento sindical (art. 511, §2º, da CLT) ou, em caso de vinculação sindical plúrima do empregador terceirizante (art. 581, §1º, CLT), norma coletiva de trabalho (ACT/CCT) que envolva os segmentos profissionais cujas atividades estejam contempladas no objeto da licitação.

a.1.2. Deverá ser considerado o auxílio-alimentação, por dia útil de trabalho, segundo o valor estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho ou na Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a), sob a responsabilidade da licitante nos termos da alínea a.1.1, caso este seja superior àquele.

a.1.3. Deverá ser apresentado memorial de cálculo para os itens da planilha de formação de custos, conforme Anexo I, especialmente os variáveis, cujo cálculo dependa de dados estatísticos e que não sejam decorrentes de obrigação legal. Tal memorial será avaliado pelo Pregoeiro, com o suporte técnico da Equipe de Apoio com formação profissional na área contábil, havendo a possibilidade de diligências e complementação de informações, caso se entenda necessário.

a.1.4. Será considerada **indevida a inclusão**, na planilha de custos e formação de preços, de benefícios estabelecidos em acordo ou convenção coletiva de trabalho que:

- atribuam exclusivamente ao tomador de serviços a responsabilidade pelo seu custeio;
 - estabeleçam distinções entre os trabalhadores alocados nos postos de trabalho do tomador de serviços e os demais trabalhadores da empresa; e
 - condicionem o benefício à liberalidade do tomador de serviços.
- iv.** sejam aplicáveis apenas aos contratos com a Administração Pública

a.1.5. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS deverão apresentar o Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (DACS) ou Escrituração Fiscal Digital (EFD), comprovando que as alíquotas dos referidos tributos constantes da planilha de custos correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis nºs. 10.637/2002 e 10.833/2003, com base nos quatro últimos demonstrativos ou, quando estes forem em número inferior a quatro, nos demonstrativos apresentados após o enquadramento da empresa no regime de tributação lucro real.

b. Declaração expressa de que estará apta a iniciar a execução dos serviços no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, a contar da celebração do contrato.

c. Instrumento de outorga de poderes ao representante legal da empresa que assinará o contrato.

11.1.2. O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.1.3. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o **e-mail: licitacoes@sead.rn.gov.br**, ou no **Contato: (84) 9 8127-6028**, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no "chat" a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessadas.

11.1.4. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.1.5. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.1.6. Todos os valores constantes da proposta de preços e planilhas anexas deverão ser expressos em algarismo arábico e na moeda corrente nacional, considerados apenas até os centavos, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do contrato, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho adotada;

11.1.7. Caso venha a ser contratada, a licitante não poderá alegar falta ou omissão de itens nas referidas planilhas, e, às suas expensas, deverá executar todos os serviços e fornecer todos os materiais que se mostrarem posteriormente necessários ao pleno atendimento do objeto contratado, sem que isso implique em custo adicional ao CONTRATANTE.

11.1.7.1. A licitante assume integral responsabilidade acerca das alíquotas e bases de cálculo dos tributos e contribuições previdenciárias que compõem a proposta, em especial àqueles influenciados por seu regime de tributação (PIS e COFINS); por incidência de desoneração (INSS e CRPB) e/ou diferenciação de alíquota/base de cálculo em decorrência da atividade desempenhada (ISS).

11.1.7.1.1. A aceitação da proposta por parte do CONTRATANTE não gera para a futura contratada o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro quando a modificação superveniente da alíquota e/ou base de cálculo dos tributos e contribuições previdenciárias for decorrente de ato voluntário da empresa ou em face de erro inescusável quanto à interpretação de seu regime de tributação.

11.1.8. Caso a licitante, em razão de sua condição jurídica, entenda ser beneficiária de alguma espécie de imunidade e/ou isenção tributária que represente repercussão em relação à sua planilha de composição de custos, **deverá** apresentar a comprovação da adequação de tais benefícios em conformidade com a legislação tributária de regência.

11.2. Caso haja erros ou omissões **sanáveis** no conteúdo da proposta e da planilha de composição de custos, será oportunizado à licitante realizar os devidos ajustes e complementações desde que não haja a majoração do preço total ofertado durante a fase de lances.

11.2.1. Respeitado o preço global ofertado durante a fase de lances e observado os valores unitários máximos fixados em edital, admitir-se-á a redistribuição dos valores totais unitários.

11.2.2. Para a realização dos ajustes na proposta e na planilha, será concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da comunicação formal do Pregoeiro via "chat", podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.2.3. Diante da ocorrência de novos erros resultantes das correções e complementações realizadas nos termos do item 11.2, poderá o Pregoeiro oportunizar a realização de novos ajustes, desde que mantido o valor total ofertado durante a fase de lances.

a. O prazo para a realização dos novos ajustes será fixado motivadamente pelo Pregoeiro, tendo em vista a complexidade das correções.

1.3. A proposta será **desclassificada** quando:

- a.** conter vícios insanáveis;
- b.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c.** apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- d.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
- e.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

11.3.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea "d" acima.

11.4. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).

11.4.1. Os valores unitários não poderão ser superiores aos constantes nos Anexos I.

11.4.2. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

11.4.3. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

11.4.4. Se houver indícios de inexecuibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta, aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

11.4.5. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, com valor equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

11.4.6. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (art. 128 da Lei 14.133/21).

CAPÍTULO XII - DA HABILITAÇÃO

12.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

12.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar, a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

12.2. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como "objeto social" no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

12.3. A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

12.3.1. SICAF e Relação de Servidores disponíveis no Portal da Transparência do ESTADO, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;

12.3.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

12.3.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancao&direcao=asc>;

12.3.4. Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

12.3.5. A consulta às bases de dados elencadas no item 12.3 será realizada em nome da licitante e de seu sócio majoritário.

12.3.6. É PERMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS, deste Edital e seus anexos, observadas as normas previstas no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/21;

12.3.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021;

12.3.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

12.3.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

12.3.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

12.4. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.4.1. Para habilitação jurídica o licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a)** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b)** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- c)** Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM 48, de 2018, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;
- d)** No caso de sociedade empresária ou Sociedade Limitada Unipessoal (SLU): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- e)** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f)** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 8º da Instrução Normativa 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;
- g)** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;
- h)** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- i)** Atos constitutivos, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na forma da lei;
- j)** Registro comercial perante a Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, no caso de empresa individual;
- k)** No caso de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- l)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão

12.7.4. A exigência de apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, na forma da lei, visa permitir a análise da real situação financeira

empresa, com base em dados oficiais e auditáveis, vedada a utilização de documentos provisórios, conforme entendimento consolidado do TCU. Tal medida garante maior confiabilidade na avaliação da capacidade financeira do licitante.

12.7.5. Os índices contábeis estabelecidos — Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), todos superiores a 1 (um) — foram definidos como critérios cumulativos por refletirem, de maneira complementar, a capacidade da empresa de honrar seus compromissos de curto e longo prazos, bem como sua estrutura patrimonial global. Esses índices são amplamente aceitos na administração pública como parâmetros objetivos para avaliação da saúde financeira das empresas, sendo compatíveis com a natureza e o porte do objeto licitado.

12.7.6. A exigência de Capital Circulante Líquido (CCL) mínimo correspondente a 16,66% do valor total da proposta tem por objetivo assegurar que a empresa disponha de recursos financeiros suficientes para suportar os custos iniciais e recorrentes da execução contratual, especialmente considerando que os serviços demandam despesas contínuas com pessoal técnico, logística, insumos laboratoriais e manutenção de equipamentos, antes do recebimento das contraprestações contratuais.

12.7.7. De igual modo, a fixação de Patrimônio Líquido mínimo equivalente a 10% do valor da proposta busca demonstrar a solidez financeira da empresa e sua capacidade de absorver eventuais riscos operacionais inerentes à execução do contrato, sem comprometer sua estabilidade econômico-financeira.

12.7.8. A exigência de declaração de relação de compromissos assumidos, acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), tem por finalidade verificar o grau de comprometimento da capacidade financeira da licitante com outros contratos em vigor, evitando a sobrecarga operacional e financeira que possa comprometer a execução adequada do objeto contratado. O critério adotado — 1/12 do valor dos contratos não superior a 100% do patrimônio líquido — está em consonância com boas práticas de gestão de riscos e com entendimentos reiterados do TCU.

12.7.9. Por fim, a exigência de Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial visa resguardar a Administração quanto à contratação de empresas em situação de insolvência ou instabilidade jurídica-financeira, que possa comprometer a continuidade e a regularidade da prestação dos serviços.

12.7.10. Ressalte-se que todas as exigências foram definidas de forma proporcional, razoável e estritamente vinculadas ao objeto da contratação, não configurando restrição indevida à competitividade, mas sim instrumento de proteção ao interesse público, à continuidade do serviço e à boa execução contratual, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, isonomia e segurança jurídica.

12.8. OUTROS DOCUMENTOS:

A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no CAPÍTULO IV - DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA deste edital. Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

12.8.1. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 12.3 é de, no mínimo, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

12.8.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

12.8.3. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.9. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

12.9.1. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

- a. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), sediado na Av. Alm. Alexandrino de Alencar, 1379 - Tirol - Natal/RN - CEP: 59015-350, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

12.10. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 12.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

12.10.1. a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

12.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.10.3. a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

12.10.4. A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 12.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, **restará preclusa** essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

12.11. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação ou ainda, nas hipóteses admitidas no item 12.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

12.11.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o **e-mail: licitacoes@sead.rn.gov.br, ou no Contato: (84) 9 8127-6028**, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessadas.

12.11.2. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

12.11.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

12.11.4. Em caso de não envio dos documentos no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.12. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

12.12.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.12.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

12.13. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

12.14. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.14.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

12.14.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.15. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

12.15.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

12.16. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

12.16.1. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a. identidade dos sócios;
- b. atuação no mesmo ramo de atividades;
- c. data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d. compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e. identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f. identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

12.16.2. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

12.16.3. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a. inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b. relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

CAPÍTULO XIII - DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

13.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

13.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta válida atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIV - DO RECURSO

14.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

14.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br

14.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 14.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

14.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 14.1.2.

14.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

14.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

14.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, **os autos serão encaminhados** ao Diretor-Geral para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XV - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto deste Pregão de Concorrência Eletrônica será adjudicado pelo Diretor-Geral ou seu substituto legal quando houver recurso, e nos demais casos.

15.2. A homologação deste Pregão de Concorrência Eletrônica compete ao Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), ou seu substituto legal.

15.3. O objeto deste Pregão de Concorrência Eletrônica será adjudicado pelo **menor preço anual** à vencedora do certame.

CAPÍTULO XVI - DA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão de Concorrência Eletrônica, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, **sob pena** de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

16.1.1. O prazo de convocação de que trata o item 16.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16.1.2. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 16.1., ou

16.1.3. O CONTRATANTE poderá disponibilizar **via Sistema Sei** o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 16.1.

16.1.4. Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 16.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

16.1.5. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura: 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação; 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta;

16.1.6. No caso de obras, a Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.

16.1.7. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.2. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XVII - DAS PENALIDADES

17.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido no item 17.2. caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

17.3. As licitantes subsequentes, na hipótese de **aceitarem** a convocação prevista no **subitem 16.1.4**, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 17.1.

17.4. Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo legal administrativo sancionatório, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

17.5. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV do art. 5º da Lei nº 12.846/2013 sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

17.6. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

17.7. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento, e das demais cominações legais.

17.8. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, a Contratada que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

17.9. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

17.10. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

17.11. Multa de:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- f) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.12. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.13. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Estado do Rio Grande do Norte.

17.14. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.15. As sanções previstas nos subitens anteriores poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CAPÍTULO XVIII- DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Não Será admitida a subcontratação.

CAPÍTULO XIX - REGIME DE EXECUÇÃO

19.1 A forma do regime de execução do presente contrato será indireta, onde a empresa Contratada, realiza o fornecimento e entrega dos bens, conforme as condições de fornecimento, prazo e garantias. Neste regime, a empresa é responsável por todas as operações e não pode terceirizar ou subcontratar os serviços sem autorização, conforme disposto na Lei Federal de

19.2 A presente contratação dar-se-á sob a Forma de Execução Indireta, nos termos da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o regime de empreitada por preço unitário ou global, conforme a conveniência e natureza do objeto licitado.

19.3 Contudo, por se tratar de aquisição de bens permanentes, a forma usual de execução será o fornecimento integral dos itens, ou seja, não se configura uma execução por etapas ou parcelas. Os bens deverão ser entregues de forma única, conforme quantitativos e especificações detalhadas no Termo de Referência, no edital e em seus respectivos anexos.

19.4 A entrega dos equipamentos ocorrerá após a emissão da Ordem de Serviço para fornecimento do objeto contratual, devendo ser rigorosamente observados os prazos, condições de entrega, local e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência, no edital e em seus respectivos anexos.

19.5 A CONTRATADA iniciará a execução do serviço de fornecimento do objeto, em conformidade com a necessidade da Administração e a disponibilidade orçamentária, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do Contrato, em remessa única, no endereço indicado no item 6.5 do Termo de Referência.

19.6 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

19.7 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pela comissão responsável pelo recebimento dos materiais adquiridos pelo IDEMA, e pelo setor requisitante responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

19.8 A execução e implementação do processo de contratação de empresa especializada para a aquisição de equipamentos fotográficos, suportes para estabilização de imagem e drone, com vistas a suprir as necessidades funcionais do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – IDEMA, demanda um planejamento criterioso por parte deste Instituto.

19.9 Tal planejamento leva em consideração as especificidades operacionais, técnicas e administrativas do órgão, uma vez que envolve múltiplas etapas interdependentes e o estrito cumprimento das exigências legais, normativas e procedimentais vigentes, conforme disposto na Lei Federal de Licitações nº 14.133/2021, além dos demais regulamentos pertinentes.

19.10 A adequada condução deste processo é essencial para assegurar a eficiência, a economicidade e a transparência da contratação, bem como para garantir que os bens adquiridos estejam em plena consonância com os objetivos institucionais e as demandas operacionais do IDEMA.

19.11 A presente contratação dar-se-á sob a Forma de Execução Indireta, nos termos da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o regime de empreitada por preço unitário ou global, conforme a conveniência e natureza do objeto licitado.

19.12 Contudo, por se tratar de aquisição de bens permanentes, a forma usual de execução será o fornecimento integral dos itens, ou seja, não se configura uma execução por etapas ou parcelas. Os bens deverão ser entregues de forma única, conforme quantitativos e especificações detalhadas neste Termo de Referência.

19.13 A entrega dos equipamentos ocorrerá após a emissão da Ordem de Serviço para fornecimento do objeto contratual, devendo ser rigorosamente observados os prazos, condições de entrega, local e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus respectivos anexos.

19.14. **Local, Horário da Entrega, e dos Critérios de Aceitação do Objeto**

- a) Os objetos serão instalados após remoção dos já existentes nos locais, segundo coordenadas de localização em UTM, previstas nesta Concorrência e seus anexos.
- b) Para atender à demanda e realização das entregas dos serviços de que trata esta categoria, a CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento telefônico e pela Internet (por e-mail e/ou chat) no horário comercial (de segunda a sexta-feira de 08:00 às 18:00h e sábado de 08:00 às 13:00h), e atendimento excepcional fora do horário comercial, sem custo complementar para o CONTRATANTE, por meio de contato indicado pela CONTRATADA.
- c) É de inteira responsabilidade da CONTRATADA fornecer o objeto em consonância com as legislações vigentes. A ausência de documento normativo explicitado neste termo não a desobriga de fornecer quaisquer dos itens do objeto dentro dos padrões estipulados, caso exista norma específica para tais.
- d) Os produtos deverão ser entregues mediante demanda, com prazo a depender da necessidade do órgão. No momento da entrega o objeto deverá estar conforme as condições solicitadas. E deverão estar de acordo com a qualidade, quantidade especificada na Ordem de Serviço.
- e) A empresa CONTRATADA deverá estar apta a iniciar o fornecimento do serviço no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a assinatura do contrato.
- f) A solicitação de fornecimento será feita pelo CONTRATANTE, de acordo com a necessidade e possibilidade, dentro do prazo contratual e da cota estimada.

19.15. **Garantia dos Bens, Manutenção, assistência técnica e suporte pós-aquisição nos seguintes termos:**

- a) O prazo de garantia legal é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- b) O prazo de garantia dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo da garantia legal.
- c) A garantia deverá ser prestada pelo fabricante ou fornecedor, com cobertura mínima de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo dos bens, conforme disposto neste Termo de Referência.
- d) A garantia será prestada com vistas a manter os produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante.
- e) A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- f) Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- g) As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- h) Uma vez notificado, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- i) O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pela Contratante.
- j) Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- k) O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- l) A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

19.16. **A garantia de manutenção e assistência técnica** será estabelecida de acordo com a especificidade do objeto do contrato, **da seguinte forma:**

- a) Garantia total mínima de 01 ano (12 meses) contra eventuais defeitos de fabricação e assistência técnica autorizada, emitida pela empresa a ser Contratada e/ou fabricante, informando que prestará assistência técnica e atenderá os chamados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, durante o período de garantia e entrega dos produtos.
- b) Declaração de garantia total mínima de 01 ano (12 meses) contra eventuais defeitos de fabricação e assistência técnica autorizada, emitida pelo licitante e/ou fabricante, informando que prestará assistência técnica e atenderá os chamados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, durante o período de garantia e entrega dos produtos.

19.17. O Objeto ora licitado seguirá o CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO PRÉVIO, abaixo descrito:

SERVIÇOS	QUANTIDADE TOTAL	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8
Serviço de confecção das placas	37 un.	10 un.	9 un.	9 un.	9 un.				
	33.5%	9,05%	8,15%	8,15%	8,15%				
Serviço de confecção dos totens	15 un.	04 un.	04 un.	04 un.	03 un.				
	34,0%	9,07%	9,07%	9,07%	6,79%				
Serviço de remoção das placas existentes, incluindo suas partes metálicas, bases e fundações, e destino final ambientalmente adequado de todo o material removido	24 un.			8 un. (em Natal)	8 un. (7 em Natal e 1 un. em Parnamirim)	8 un. (3 em Parnamirim, 3 un. em Extremoz, 2 un. em Nísia Floresta)			
	1,0%			0,34%	0,33%	0,33%			
Serviço de remoção dos totens existentes, incluindo suas partes metálicas, bases e fundações, e destino final ambientalmente adequado de todo o material removido	13 un.			4 un. (em Natal)	4 un. (em Extremoz)	5 un. (2 em Parnamirim e 3 un. em Nísia Floresta)			
	0,75%			0,23%	0,23%	0,29%			

Serviço de instalação/montagem das placas	37 un. 16,65%	7 un. (em Natal) 3,15%	7 un. (em Natal) 3,15%	5 un. (em Natal) 2,25%	7 un. (em Extremoz) 3,15%	5 un. (em Parnamirim) 2,25%	6 un. (em Nísia Floresta) 2,7%
Serviço de instalação/montagem dos totens	15 un. 14,10%	3 un. (em Natal) 2,82%	2 un. (em Natal) 1,88%	3 un. (em Extremoz) 2,82%	2 un. (em Extremoz) 1,88%	2 un. (em Parnamirim) 1,88%	3 un. (em Nísia Floresta) 2,82%

- 19.18. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 19.19. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 19.20. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 19.21. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 19.22. A Contratada deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto no endereço relacionado no termo de referência.

CAPÍTULO XX - PRAZO DE VIGÊNCIA

- 20.1. O Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) **é o sítio eletrônico oficial destinado a divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela Lei nº 14.133/2021**, sendo a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) **condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos** e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura: 20 (vinte) dias úteis, **no caso de licitação**; 10 (dez) dias úteis, **no caso de contratação direta**.
- 20.2. **Dessa forma, o prazo de vigência será de 01 (um) ano, com validade e eficácia do contrato e de seus aditamentos contados da data de expedição no PNCP, convalidado pela assinatura dos signatários**, podendo ser prorrogado nos ditames da Lei nº 14.133/2021, conforme previsto neste contrato.
- 20.3. O prazo de vigência contratual deve ser suficiente para viabilizar o prazo de execução, de substituição ou de reparo (caso necessários), recebimento provisório, definitivo e pagamento.
- 20.4. Conforme o interesse da Administração, a rescisão unilateral do contrato, de modo a, diante da impossibilidade prática de realização de novo procedimento licitatório, viabilizar a contratação do objeto remanescente do contrato nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.
- 20.5. Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.
- 20.6. Quando consultada, a manifestação positiva da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação da vigência do contrato, nos termos do art. 422 do Código Civil, gera legítima expectativa para o CONTRATANTE quanto à assinatura do termo aditivo necessário à formalização da renovação da vigência.

CAPÍTULO XXI - DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO

- 21.1. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que os preços inicialmente contratados são fixos no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado da Administração, segundo Anexo I deste Edital.
- 21.2. Após o interregno de 01 (um) ano, mediante solicitação da CONTRATADA, os preços iniciais poderão ser reajustados.
- 21.3. Os valores contratados poderão ser reajustados, mediante solicitação da contratada, após o interregno de um ano, aplicando-se o índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com data base vinculada à data do orçamento estimado pela Administração (Art. 25, §7º, da Lei 14.133/2021).
- 21.4. O reajuste poderá ser dividido em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizado em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
- 21.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.
- 21.6. A data do orçamento estimado da Administração, será considerada para todos os fins, como o mês em que foi produzido o referido orçamento, ou seja, não deverá ser utilizado o cálculo pró-rata, mas sim o mês cheio.
- 21.7. Os valores contratados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, devidamente comprovados, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, conforme previsto no art. 124, inciso II, alínea "d" da Lei nº 14.133/2021.
- 21.8. Os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus e que não forem solicitados durante a vigência do contrato, também serão objeto de preclusão com o encerramento do contrato.
- 21.9. O reajustamento em sentido estrito é a forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais;
- 21.10. Ocorre reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais.

- 21.11. REPACTUAÇÃO** é a forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato utilizada para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra, e ocorrerá:
- a) A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.
 - b) A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.
 - c) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, **a repactuação** a que se refere ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.
 - d) A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
 - e) Repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.
 - f) Nos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra, o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no **s6º do art. 135 da Lei** Federal nº. 14.133/2021.

CAPÍTULO XXII - RESPONSABILIDADE TÉCNICA E GARANTIA CONTRATUAL

- 22.1 A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início dos trabalhos, as ART/RRT referentes à execução da obra conforme os projetos fornecidos pela CONTRATANTE. A guia da ART/RRT deverá ser mantida no local dos serviços bem como o alvará de licença de construção.
- 22.2 Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos, segundo art. 96 e ss da Lei nº. 14.133/21 e disposição neste Edital e seus Anexos.
- 22.3 A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor arrematado e homologado, correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total deste contrato, nos termos do art. 96 e ss da Lei nº 14.133/2021.
- 22.4 Quando a CONTRATADA optar pela modalidade prevista no seguro-garantia, o prazo para apresentação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação.
- 22.5 A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e formalizar a entrega do comprovante respectivo, exclusivamente por meio de registro no Serviço na Diretoria Administrativa do CONTRATANTE, **endereço ao Gestor do contrato**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do início da vigência contratual, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

CAPÍTULO XXIII - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 23.1 Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do IDEMA (Ordenador de Despesas) promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Edital e seus Anexos, em conformidade com a Lei nº. 14.133/21, regulamentado pelo Decreto Nº 11.246, de 27 de Outubro de 2022, em caso de ausência de norma local.
- 23.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 23.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 23.4 As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 23.5 O órgão poderá convocar preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 23.6 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 23.7 PREPOSTO
- 23.8 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

- 23.9 A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução dos serviços para representá-lo na execução do contrato.
- 23.10 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 23.11 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO
- 23.12 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 23.13 FISCALIZAÇÃO TÉCNICA
- 23.14 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 23.15 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 23.16 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 23.17 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 23.18 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 23.19 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 23.20 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 23.21 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 23.22 FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
- 23.23 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 23.24 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 23.25 GESTOR DO CONTRATO
- 23.26 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 23.27 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 23.28 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 23.29 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 23.30 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 23.31 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 23.32 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CAPÍTULO XXIV - DO RECEBIMENTO DOS BENS/SERVIÇOS

- 24.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 24.2 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 24.3 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 24.4 O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 24.5 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 24.6 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 24.7 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 24.8 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 24.9 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 24.10 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- a) o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 24.11 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 24.12 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).
- 24.13 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 24.14 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 24.15 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 24.16 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 24.17 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 24.18 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

24.29 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CAPÍTULO XXV - DO PAGAMENTO

25.1 Os pagamentos serão efetuados de acordo com as medições da obra, com o atesto da fiscalização, da nota fiscal/fatura correspondente à execução da obra e de acordo com o cronograma físico-financeiro, segundo previsão neste Edital e seus Anexos.

25.2 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

25.3 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC.

25.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no Parágrafo Quinto e a data do efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento fiscal próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: I = i/365 I = 6/100/365 I = 0,00016438
Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

CAPÍTULO XXVI - DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

26.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária classificada segundo tabela abaixo:

Segundo a Lei Orçamentária Anual – LOA, exercício 2026 , existe saldo Orçamentário e Financeiro para custear a presente despesa na seguinte Dotação:	
Fonte de Recursos:	0.5.01 – Outros Recursos não Vinculados
Função Programática:	27.203.18.541.0402
Subação:	248401 – Manutenção e Conservação da Sinalização da Balneabilidade, das Unidades de Conservação e das Áreas com Restrição Ambiental
Detalhe da Despesa:	33.90.30 – Material de Consumo
- Categoria da Despesa:	3 – Despesa Corrente
- Grupo da Despesa:	3 – Outras Despesas Correntes
- Modalidade de Aplicação:	90 – Aplicações Diretas
- Elemento de Despesa:	30 – Material de Consumo
Detalhe da Despesa:	33.90.39 – Outras Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- Categoria da Despesa:	3 – Despesa Corrente
- Grupo da Despesa:	3 – Outras Despesas Correntes
- Modalidade de Aplicação:	90 – Aplicações Diretas
- Elemento de Despesa:	39 – Outras Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

CAPÍTULO XXVII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

27.1 DA CONTRATANTE

27.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

27.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

27.4 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

27.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

27.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada.

27.7 **NÃO** praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

- a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;
- b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- d) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

27.8 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

27.9 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

27.10 Cientificar o órgão de representação judicial do IDEMA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

27.11 Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, **quando for o caso**:

- a) "*as built*", elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- e) a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- f) em atendimento ao decreto estadual 32.705/2023, realizar a retenção do Imposto de renda incidente na fonte, responsabilidade da UIFC, como prevê art. 157, I, da Constituição Federal, nos pagamentos realizados a contratada;

27.12 DA CONTRATADA

27.13 Executar o contrato conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas nestes documentos.

27.14 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

27.15 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

27.16 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

27.17 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

27.18 A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- f) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas

- as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 27.19 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 27.20 Assegurar aos seus trabalhadores, ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 27.21 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.
- 27.22 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 27.23 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 27.24 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 27.25 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 27.26 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 27.27 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 27.28 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 27.29 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 27.30 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 27.31 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 27.32 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 27.33 Assegurar à CONTRATANTE:
- 27.34 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 27.35 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 27.36 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 27.37 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante.
- 27.38 Apresentar os empregados devidamente fardados.
- 27.39 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão na execução do serviço.
- 27.40 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 27.41 Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.
- 27.42 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.
- 27.43 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, afim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 27.44 Providenciar junto ao CREA/CAU as Anotações e/ou Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº. 6.496/77 e nº 12.378/2010).
- 27.45 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 27.46 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA:
- I. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
 - II. Além das disposições previstas no Estudo Técnico Preliminar, nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - III. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
 - IV. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - V. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
 - VI. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

27.47 Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

27.48 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

- I. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- II. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA Nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- III. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

27.49 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

27.50 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos.

27.51 Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.

27.52 Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, no ficando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

27.53 Deverá atender o §1º do artigo 4º do Decreto estadual do Rio Grande do Norte nº 32.705/2023, ou seja fazer a emissão das notas fiscais ou as faturas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

CAPÍTULO XXVIII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

28.1 Até as 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil **anterior** à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada **exclusivamente** para o endereço eletrônico: **e-mail: licitacoes@sead.rn.gov.br, ou no Contato: (84) 9 8127-6028**

28.2 Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

28.3 A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

28.4 Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das

- propostas.
- 28.5 Os pedidos de **esclarecimentos** deverão ser enviados ao Pregoeiro até as 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico: **e-mail: licitacoes@sead.rn.gov.br, ou no Contato: (84) 9 8127-6028.**
- 28.6 O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.
- 28.7 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no Portal do CONTRATANTE, para os interessados.

CAPÍTULO XXIX - DA PROTEÇÃO DE DADOS

29.1 O CONTRATANTE e a CONTRATADA se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente Contrato, segundo previsão neste Edital e seus Anexos.

CAPÍTULO XXX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 30.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente e estará sujeito às sanções administrativas previstas no art. 155 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021, e em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.
- 30.2 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos no art. 159 da Lei nº. 14.133/2021
- 30.3 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 30.4 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.
- 30.5 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente: reparação integral do dano causado à Administração Pública; pagamento da multa; transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade; cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo e análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos, segundo art. 163 da Lei nº. 14.133/2021.
- 30.6 As demais sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas neste Edital de Concorrência Eletrônica.

CAPÍTULO XXXI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 31.1 O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.
- 31.2 Integram este edital os seguintes anexos:
- Anexo I - Termo de Referência;
 - Anexo II - Minuta de Contrato;
 - Anexo III - Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e Administração Pública;
 - Anexo IV - Modelo de Apresentação de Proposta;
 - Anexo V - Declaração de Responsabilidade Técnica;
 - Anexo VI - Declaração de Não Relação de Parentesco;
 - Anexo VII - Termo de Confidencialidade e Sigilo;
 - Anexo VIII - Declaração de Vistoria;
- 31.3 É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.
- 31.4 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 31.5 As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 31.6 A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares da Lei Federal nº. 14.133/2021 e as normas do Estado do Rio Grande do Norte no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.
- 31.7 As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam o CONTRATANTE, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.
- 31.8 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XXXII - DO FORO

32.1 Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Justiça Estadual, na capital Natal, com exclusão de qualquer outro.

Natal/RN, na data assinatura eletrônica.
JANE CARMEN CARNEIRO E ARAUJO
Secretaria de Estado da Administração

Documento assinado eletronicamente por **JANE CARMEN CARNEIRO E ARAUJO**, **Secretário de Estado da Administração**, em 12/06/2026, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41922952** e o código CRC **9C183A10**.

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 02810064.000587/2024-89

1.	DEFINIÇÃO DO OBJETO
1.1.	O presente Termo de Referência objetiva a contratação de empresa especializada para a confecção e instalação de novos equipamentos de sinalização do Projeto Estudo de Balneabilidade das Praias do Rio Grande do Norte (PEBPRN). Os serviços incluem a confecção e instalação de 15 totens e 37 placas, bem como a remoção de equipamentos antigos deteriorados, incluindo suas partes metálicas, bases e fundações; e o destino final ambientalmente adequado de todo o material removido , de acordo com as especificações técnicas e quantitativos detalhados no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.
2.	ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO
2.1.	Quanto às quantidades pleiteadas, a fim de evitar a introdução de quantitativos incoerentes com a realidade os dados foram levantados e definidos pelo Núcleo de Monitoramento Ambiental - NMA/IDEMA, no qual possui o mapeamento dos equipamentos de sinalização do Projeto Estudo de Balneabilidade das Praias da RMN, e no qual resultou nos seguintes quantitativos:

Item	Descrição dos serviços	Unidade de Medida	Quantidade
01	Serviço de confecção das placas	Unidade	37
	Serviço de confecção dos totens	Unidade	15
02	Serviço de instalação das placas	Unidade	37
	Serviço de instalação dos totens	Unidade	15
03	Serviço de remoção das placas existentes, incluindo partes metálicas, bases e fundações, e destino final ambientalmente adequado de todo o material removido	Unidade	24
	Serviço de remoção dos totens existentes, incluindo partes metálicas, bases e fundações, e destino final ambientalmente adequado de todo o material removido	Unidade	13
04	Comprovação de execução dos serviços	Relatório	01 para cada parcela de pagamento

2.2. Os quantitativos informados tiveram respaldo no Despacho (id. 29977515) e no Documento de Formalização da Demanda (id. 26645627) elaborados pelo Núcleo de Monitoramento Ambiental - NMA/IDEMA.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação se faz necessária devido à degradação dos equipamentos de sinalização instalados em 2007, que, em sua maioria, encontram-se danificados ou completamente avariados em função de vandalismo, exposição às intempéries e ao processo natural de oxidação. Atualmente, 13 placas e 2 totens já não estão mais nos locais, e os equipamentos restantes não são passíveis de recuperação econômica viável, comprometendo sua finalidade informativa.

3.2. Neste contexto, é imprescindível a confecção e a instalação de novos equipamentos que permitam ao IDEMA cumprir seu papel como órgão executor da Política Estadual de Meio Ambiente, assegurando a divulgação *in loco* das condições de balneabilidade das praias monitoradas, conforme determinações legais. Essa informação é essencial para a promoção da saúde pública e a segurança da população usuária das praias do estado.

3.3. A ausência ou interrupção desse tipo de serviço comprometeria as ações de fiscalização, monitoramento e divulgação dos resultados de balneabilidade, acarretando prejuízos à gestão ambiental e ao atendimento ao interesse público. Portanto, a contratação de empresa especializada para confecção e instalação dos equipamentos de sinalização representa uma medida indispensável para a continuidade das atividades do IDEMA e para garantir o acesso às informações sobre a qualidade das águas das praias monitoradas.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Após a análise comparativa das soluções constantes do Estudo Técnico Preliminar, tem-se como mais adequada a contratação de empresa especializada para a confecção, instalação e remoção dos equipamentos de sinalização do Projeto Estudo de Balneabilidade das Praias do RN, por meio de processo licitatório na modalidade adequada. A solução escolhida contempla a produção e instalação de 15 totens e 37 placas informativas, além da remoção de 24 placas e 13 totens deteriorados, incluindo suas partes metálicas, bases e fundações, e destino final ambientalmente adequado de todo o material de remoção.

4.2. A confecção dos novos equipamentos deverá respeitar os modelos, materiais e padrões previamente definidos, assegurando a uniformidade visual e a durabilidade necessária para resistir às condições climáticas adversas da região litorânea. Além disso, a contratação incluirá o fornecimento de todos os materiais necessários para fixação, como parafusos, pinos e ferramental adequado, garantindo a eficiência na execução do serviço.

4.3. A contratação dessa solução se apresenta como a opção mais viável e vantajosa, pois possibilita que o IDEMA alcance seus objetivos estratégicos de assegurar a divulgação das condições de balneabilidade, promovendo a saúde e a segurança dos usuários das praias. Com isso, reforça-se o compromisso do órgão com a gestão ambiental e o atendimento às demandas da população de forma eficiente e transparente.

5. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

5.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 e 98 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

5.2. Caberá a CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

5.2.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos;

5.2.2. seguro-garantia; ou

5.2.3. fiança bancária;

5.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, no Banco do Brasil, com correção monetária.

5.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

5.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

5.6. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

5.7. A garantia prestada pelo CONTRATADO será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 100 da Lei nº 14.133/2021).

5.8. Conforme parâmetro aventado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 3.126/2012 - Plenário), as garantias devem ser exigidas quando se fala em contratações de maior valor, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis.

5.9. Com isso, a exigência posta neste Termo de Referência é de extrema importância e necessidade, tendo em vista que o presente objeto licitado tratará de uma contratação de um grande valor e com riscos financeiros consideráveis.

5.10. De acordo com o alerta do Ilustre Doutrinador Marçal Justen Filho sobre tal exigência:

“A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Poderá (deverá) ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia.” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, p. 499).

5.11. Consoante à orientação de Marçal Justen Filho, consagrado jurista especializado em Direito Administrativo e Licitações, a exigência de garantia à execução emerge como uma prerrogativa discricionária da Administração Pública, devendo ser imposta tão somente nas circunstâncias em que se revele indispensável para salvaguardar a efetiva realização e conclusão dos serviços contratados.

5.12. Segundo o ilustre doutrinador, a finalidade primordial desta garantia reside em assegurar que a empresa contratada honre integralmente com as obrigações estabelecidas no contrato, provendo, por conseguinte, uma garantia de ressarcimento célere em face de eventuais danos decorrentes de seu inadimplemento.

5.13. A finalidade da garantia é assegurar a boa execução do contrato. Serve como instrumento destinado a compensar o Poder Público pelos eventuais danos decorrentes da má execução ou do adimplemento inadequado das prestações contratuais.

5.14. Como bem elucidado por Dora Maria de Oliveira Ramos, respeitável autora na área jurídica, a exigência de prestação de garantia tem por escopo "assegurar que o CONTRATADO efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, tornando possível à Administração a rápida reposição de eventuais prejuízos que possa vir a sofrer em caso de inadimplemento".

5.15. A garantia de execução contratual é exigida quando o contrato for assinado pela empresa vencedora da licitação, para assegurar que esta cumprirá as condições, prazos e custos expressos no contrato.

5.16. Se, por alguma razão, a empresa contratada não puder cumprir as condições, prazos ou custos do contrato, a seguradora indenizará a empresa contratante.

5.17. Caso, por algum motivo, a empresa contratada não cumprir as obrigações assumidas no contrato durante a vigência da garantia, a empresa contratante, neste caso este IDEMA, pode acioná-la nos termos da apólice.

5.18. Segundo a Lei de Licitações nº 14.133/21, a garantia de execução contratual pode ser solicitada para o vencedor da licitação. Assim, traz segurança ao contrato de que o CONTRATADO é capaz de cumprir as obrigações assumidas.

5.19. Neste sentido, e conforme já bem sinalizado e utilizando as razões postas, o objetivo da exigência da garantia à execução tem por finalidade cobrir possíveis prejuízos causados ao IDEMA, caso a futura empresa contratada não execute o contrato conforme as cláusulas pactuadas entre as partes.

5.20. Portanto, sob a égide da Lei de Licitações nº 14.133/2021 e sob a luz da doutrina especializada, a exigência de garantia à execução por parte do IDEMA reveste-se de um caráter não apenas coercitivo, mas sobretudo preventivo, visando a resguardar os interesses da Administração Pública e assegurar a consecução eficaz dos objetivos contratuais estabelecidos.

6. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

6.1. A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026, do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA, conforme consta no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sob o nº **927214-101/2026**, Título: "Sinalização do Projeto Água Azul - Balneabilidade".

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1.1. A empresa será selecionada por meio da realização de procedimento de licitação, na **modalidade concorrência eletrônica**, cujo critério de avaliação, classificação e julgamento das propostas deve ser por técnica e preço.

7.1.2. Os critérios objetivos que determinará o procedimento de concorrência eletrônica por técnica e preço estão previstas na Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 02/2023, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por técnica e preço, na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

7.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

7.2.1. Previamente à análise dos documentos necessários à habilitação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

7.2.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

7.2.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e

7.2.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

7.2.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.2.2.1. **Habilitação Jurídica**

a) **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato

constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial do Estado e arquivada na Junta Comercial da unidade estadual onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

h) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2.2.2. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual ou municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da Lei;

h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020 e Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.2.2.3. **Qualificação Técnica**

a) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional correspondente, em plena validade;

b) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

c) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

I - Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

II - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

III - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

IV -

7.3. **Atestado(s) de Capacidade Técnica** expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já executou, por período não inferior a 12 (doze) meses, serviços compatíveis em quantidade e características com o objeto licitado, conforme **Resolução nº 1.137/2023**.

7.4. **A Certidão de Acervo Operacional - CAO** é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do(s) Creas, o registro da(s) anotação(ões) de responsabilidade técnica (ART) registrada(s).

7.4.1. A CAO deve ser requerida ao Crea pela pessoa jurídica por meio de formulário próprio, conforme o Anexo VI da citada resolução.

7.4.2. A CAO, emitida em nome da empresa conforme o Anexo V da citada resolução, deve conter as seguintes informações:

7.4.2.1. Identificação da pessoa jurídica;

7.4.2.2. Identificação do(s) responsável(veis) técnico(s) da pessoa jurídica;

7.4.2.3. Relação das ARTs, contendo para cada uma delas:

a) Identificação dos responsáveis técnicos;

b) Dados das atividades técnicas realizadas;

c) Observações ou ressalvas, quando for o caso.

7.4.2.4. Local e data de expedição; e

7.4.2.5. Autenticação digital;

7.4.2.6. A CAO poderá ser emitida por meio eletrônico.

7.4.2.7. A CAO é válida em todo o território nacional.

7.4.2.8. A CAO perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação da ART.

7.4.2.9. A validade da CAO deve ser conferida no site do Crea ou do Confea.

7.4.2.10. A CAO deve conter número de controle para consulta acerca da autenticidade e da validade do documento.

7.4.2.11. Após a emissão da CAO, os dados para sua validação serão automaticamente transmitidos ao Módulo Cadastro Nacional de ART do Sistema de Informações do Sistema Confea/Crea-SIC.

7.4.2.12. Certidão de registro/quitação da CONTRATADA junto ao CREA/CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução nº 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;

7.4.2.13. Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA/CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-profissional;

7.4.2.14. Apresentação, por parte da CONTRATADA, de Atestado de Capacidade Técnico- operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;

7.4.2.15. CERTIDÃO expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade, constando o registro ou inscrição da empresa individual ou pessoa jurídica no respectivo Conselho do domicílio ou sede da Licitante, no ramo de atividade relacionado com o objeto da presente contratação, qual seja Engenharia Civil ou Arquitetura, com a indicação de seu(s) Responsável(veis) Técnico(s).

7.4.2.16. Termo de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme Edital.

7.4.2.17. Para a comprovação do lapso temporal mencionado no inciso "I" (12 meses), será admitido o somatório de atestados, desde que as contratações correspondam a períodos sucessivos, mas não concomitantes.

7.4.2.18. A licitante deve disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, tais como: cópia do contrato que deu suporte à contratação; documentos fiscais e dados relativos à execução e ao local em que foram prestados os serviços.

7.4.2.19. **Qualificação Econômico-Financeira**

I - As Orientações e Jurisprudência do TCU estabelecem que cabe à Administração, na fase preparatória do procedimento licitatório, escolher quais índices serão utilizados e como serão avaliadas as informações referentes a ambos os exercícios financeiros, justificando a sua decisão.

II - As regras previstas servem de parâmetros para comprovar a aptidão econômica do licitante para assumir as obrigações decorrentes da futura contratação, devendo ser apurada de forma objetiva, por meio de coeficientes e índices econômicos previstos neste edital, com o fito de comprovar a boa situação econômico-financeira de uma empresa eleita.

a) **Balanco patrimonial e demais demonstrações contábeis** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraídos do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa, mediante os seguintes critérios, cumulativamente:

a.1) Todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

a.1.1) Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

a.1.2) Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

a.1.3) Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

a.2) **Capital Circulante Líquido - CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante)** no valor mínimo de 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor total da proposta, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, na forma exigida na alínea "a" deste subitem.

a.3) **Patrimônio Líquido - PL** mínimo de 10% (dez por cento) do valor total da proposta, devendo a comprovação ser feita através do balanço exigido na alínea "a".

a.4) **Declaração**, conforme modelo constante do Anexo X, que contenha Relação de Compromissos Assumidos, demonstrando que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data de abertura do certame, excluídas parcelas já executadas, não é superior a 100% (cem por

cento) do patrimônio líquido.

a.4.1) com o objetivo de demonstrar a veracidade das informações prestadas em atendimento ao estabelecido na alínea "a.4", a licitante deverá apresentar a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) referente ao último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital.

a.4.2) caso seja detectada divergência no valor total dos contratos firmados na declaração de que trata a alínea "a.4" correspondente a uma variação de 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a licitante deverá apresentar os devidos esclarecimentos, a serem apreciados pela Equipe de Apoio com formação na área contábil.

b) **Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

c) A documentação constante no SICAF poderá ser considerada para fins de comprovação da documentação exigida na alínea "a" (balanço patrimonial) e subalínea "a.4.1" (Demonstração de Resultado do Exercício - DRE).

d) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

e) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

f) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

III - JUSTIFICATIVA DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7. 4.2.19.a. As exigências relativas à qualificação econômico-financeira foram estabelecidas com fundamento no art. 67 e 69 da Lei nº 14.133/2021, bem como em consonância com as orientações e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU, Súmula nº 289, tendo por finalidade comprovar a capacidade econômica do licitante para assumir, de forma regular e contínua, as obrigações decorrentes da futura contratação, sem risco de inadimplemento ou descontinuidade dos serviços.

7. 4.2.19.b. Considerando que o objeto da presente licitação envolve a execução de serviço de natureza técnica especializada, compreendendo a remoção, confecção e instalação de placas e totens especiais, cuja produção deverá observar rigorosamente modelos, materiais e padrões previamente estabelecidos, de modo a garantir uniformidade visual, qualidade técnica e durabilidade compatíveis com as condições climáticas adversas da região litorânea, evidencia-se a necessidade de exigir a comprovação da qualificação econômico-financeira da licitante. Os referidos serviços são essenciais à divulgação in loco das condições de balneabilidade das praias monitoradas, em atendimento às determinações legais, incluindo a emissão de boletins técnicos e a divulgação sistemática de informações de interesse público relacionadas à saúde ambiental e à saúde pública. Dessa forma, a execução contratual demanda capacidade financeira suficiente para suportar os custos operacionais, a aquisição de insumos, a manutenção da estrutura produtiva e o cumprimento integral das obrigações contratuais, justificando-se a exigência de parâmetros que assegurem a estabilidade econômico-financeira da futura contratada, em consonância com o disposto na Lei nº 14.133/2021.

7. 4.2.19.c. Nesse contexto, a Administração Pública deve adotar parâmetros objetivos e proporcionais que permitam aferir, de forma técnica e impessoal, a situação econômico-financeira das empresas interessadas, assegurando a seleção de licitantes aptos a executar o contrato com segurança, eficiência e continuidade.

7. 4.2.19.d. A exigência de apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, na forma da lei, visa permitir a análise da real situação financeira da empresa, com base em dados oficiais e auditáveis, vedada a utilização de documentos provisórios, conforme entendimento consolidado do TCU, Súmula nº 289. Tal medida garante maior confiabilidade na avaliação da capacidade financeira do licitante.

7. 4.2.19.e. Os índices contábeis estabelecidos — Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), todos superiores a 1 (um) — foram definidos como critérios cumulativos por refletirem, de maneira complementar, a capacidade da empresa de honrar seus compromissos de curto e longo prazos, bem como sua estrutura patrimonial global. Esses índices são amplamente aceitos na administração pública como parâmetros objetivos para avaliação da saúde financeira das empresas, sendo compatíveis com a natureza e o porte do objeto licitado.

7. 4.2.19.f. A exigência de Capital Circulante Líquido (CCL) mínimo correspondente a 16,66% do valor total da proposta tem por objetivo assegurar que a empresa disponha de recursos financeiros suficientes para suportar os custos iniciais e recorrentes da execução contratual, especialmente considerando que os serviços demandam despesas contínuas com pessoal técnico, logística, insumos laboratoriais e manutenção de equipamentos, antes do recebimento das contraprestações contratuais.

7. 4.2.19.g. De igual modo, a fixação de Patrimônio Líquido mínimo equivalente a 10% do valor da proposta busca demonstrar a solidez financeira da empresa e sua capacidade de absorver eventuais riscos operacionais inerentes à execução do contrato, sem comprometer sua estabilidade econômico-financeira.

7. 4.2.19.h. A exigência de declaração de relação de compromissos assumidos, acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), tem por finalidade verificar o grau de comprometimento da capacidade financeira da licitante com outros contratos em vigor, evitando a sobrecarga operacional e financeira que possa comprometer a execução adequada do objeto contratado. O critério adotado — 1/12 do valor dos contratos não superior a 100% do patrimônio líquido — está em consonância com boas práticas de gestão de riscos e com entendimentos reiterados do TCU.

7. 4.2.19.i. Por fim, a exigência de Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial visa resguardar a Administração quanto à contratação de empresas em situação de insolvência ou instabilidade jurídica-financeira, que possa comprometer a continuidade e a regularidade da prestação dos serviços.

7. 4.2.19.j. Ressalte-se que todas as exigências foram definidas de forma proporcional, razoável e estritamente vinculadas ao objeto da contratação, não configurando restrição indevida à competitividade, mas sim instrumento de proteção ao interesse público, à continuidade do serviço e à boa execução contratual, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, isonomia e segurança jurídica.

OUTROS DOCUMENTOS

7.5. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no CAPÍTULO IV - DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA deste edital.

7.6. Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

7.7. O prazo para envio dos documentos de que trata nesse termo, no mínimo, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

7.8. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

7.9. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-ão às sanções previstas neste edital.

7.10. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

7.11. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

7.12. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), sediado na Av. Alm. Alexandrino de Alencar, 1379 - Tirol - Natal/RN - CEP: 59015-350, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

7.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 5.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e

c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

7.14. A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 5.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, **restará preclusa** essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.15. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação ou ainda, nas hipóteses admitidas no item 5.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de "anexos" do sistema.

7.15.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o **e-mail: licitacoes@sead.rn.gov.br**, ou no Contato: **(84) 9 8127-6028**, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no "chat" a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessadas.

7.15.2. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

7.15.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

7.15.4. Em caso de não envio dos documentos no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

7.16. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

7.16.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

7.16.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

7.17. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sites oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

7.18. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.18.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

7.18.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.19. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

7.19.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

7.20. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de "Ocorrências Impeditivas Indiretas" em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, "e", e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

- 7.20.1. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:
- a) identidade dos sócios;
 - b) atuação no mesmo ramo de atividades;
 - c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
 - d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
 - e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
 - f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.
- 7.20.2. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.
- 7.20.3. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:
- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
 - b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.
8. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**
- 8.1. Considerando os critérios mínimos de qualidade e desempenho, a futura prestadora do serviço deverá ser constituída e cadastrada na Receita Federal do Brasil, como **Pessoa Jurídica**, atendendo todos os critérios intrínsecos à prestação de serviços de confecção e instalação de equipamentos de sinalização, além da remoção de placas e totens deteriorados, incluindo suas partes metálicas, bases e fundações, e destino final ambientalmente adequado de todo o material removido, sendo especializada na prestação do referido objeto, para que possa atender as necessidades deste Instituto, com suas atribuições e obrigações ao qual deverá estar atinentes às normas legais, regulamentares e convencionais, do ordenamento jurídico brasileiro, em especial ao atendimento da Constituição da República Federativa do Brasil e à Constituição Estadual do Estado do Rio Grande do Norte.
- 8.2. **Especificação dos serviços:** deve ser fornecido o serviço de confecção e instalação de equipamentos de sinalização, além da remoção de placas e totens deteriorados, incluindo suas partes metálicas, bases e fundações, e destino final ambientalmente adequado de todo o material removido.
- 8.3. **Legais:** Foram identificados e analisados os seguintes normativos que regulam especialmente os serviços a serem contratados e que poderão produzir impacto na contratação, conforme as considerações respectivas:

NORMATIVO	DESCRIÇÃO	IMPACTO NA DEMANDA
Lei nº 14.133/2021.	Lei de licitações e contratos administrativos.	Regula aspectos gerais das licitações e contratações.
Decreto nº 20.866/2008.	Dispõe sobre a inserção de cláusulas nos contratos de prestação de serviços e obras pública, bem como nos instrumentos convocatórios das respectivas licitações, realizados pela Administração Pública do Estado do Rio Grande do Norte.	Regulamenta a contratação sob aspectos específicos da contratação de serviços.
Instrução Normativa MPOG nº 1/2010.	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.	Auxiliar na definição dos requisitos técnicos da demanda.
Decreto nº 7.746, de 05/06/2012.	Estabelece critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações.	Confere aplicabilidade concreta à contratação dos critérios de sustentabilidade.
Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT).	Regulamenta as relações trabalhistas	Relaciona-se aos direitos dos empregados integrantes da CONTRATADA.

- 8.4. A empresa deverá comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto, bem como apresentar todos os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.5. A execução dos serviços do objeto em tela, deverá ser realizada diretamente pela CONTRATADA, devendo esta, possuir em seu quadro de funcionários: profissionais com formações técnicas adequadas e experiências anteriores na execução de serviços semelhantes; devendo ser observadas rigorosamente as especificações técnicas dos diversos serviços a serem executados.
- 8.6. Além disso, devem ser observados os prazos de execução e todas as demais condições da contratação fixadas neste processo, respeitando as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as normas regulamentares de segurança e saúde no trabalho.
- 8.7. Deverá fazer parte integrante do escopo das obrigações da contratação o fornecimento e disponibilização do pessoal técnico necessário à execução do serviço, assim como todo e quaisquer outros meios de apoio à atividade que se fizerem necessários, particularmente para deslocamentos, disponibilização de equipamentos, materiais, entre outros.
- 8.8. A CONTRATADA é responsável direta pela prestação do objeto deste instrumento e, consequentemente, responde civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha direta ou indiretamente a provocar ou causar à Administração ou à terceiros;
- 8.9. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens adquiridos e/ou serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 8.10. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade pelos serviços contratados, mitigando-se riscos, racionalizando-se e aproveitando os recursos de forma eficiente, e desonerando a fiscalização e a gestão contratual.
- 8.11. Os materiais utilizados devem ser novos, de primeiro uso e originais do fabricante;
- 8.12. Os serviços desta contratação deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

- 8.13. Os serviços objetos desta licitação obedecerão aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos nas disposições da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil da Presidência da República, no que couber;
- 8.14. Cumprir, no que couberem, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.
- 8.15. Deve-se ser mantido alinhamento com as políticas de promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável como na Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010 que no seu art. 6º, onde determina **“Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber: (...)**
- II - adote medidas para evitar o desperdício de água tratada (...)

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto n. 5.940, de 25 de outubro de 2006; (...)

IV - Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços (...).”
- 8.16. Observando as diretivas, a CONTRATADA deve orientar o (a) profissional para que, na execução das atividades, implemente as seguintes práticas e que a empresa institua:
- a) Racionalize o consumo de água e o uso de copos descartáveis.
 - b) Realize o descarte de resíduos observando a classificação e separação estabelecidas pela CONTRATANTE.
 - c) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços.
- 8.17. A empresa deve adquirir materiais e bens de menor impacto ambiental;
- 8.18. Promover curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.
- 8.19. Comunicar à administração, sobre situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
- 8.20. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.
- 8.21. Orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.
- 8.22. Destinar, de forma ambientalmente adequada, todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.
- 8.23. **Previsão para o início da execução dos serviços:** Conforme celebração contratual e, a posterior necessidade da frota do IDEMA.
- 8.24. **Outros atos mínimos necessários:**
- 8.24.1. Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.
- 8.24.2. Adotar práticas de proibição de quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção dos empregados no quadro da empresa, bem como no momento da prestação de serviço.
- 8.24.3. Assumir toda e qualquer responsabilidade, como à comprovação da formação técnica específica da equipe que desempenhará os serviços.
- 8.24.4. A empresa CONTRATADA deverá atender o §1º do artigo 4º do Decreto estadual do Rio Grande do Norte nº 32.705/2023, ou seja, fazer a emissão das notas fiscais ou as faturas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

- 8.24.5. Além disso, durante a prestação do serviço, a empresa deverá adotar medidas de sustentabilidade para a redução dos possíveis impactos ambientais causados, por exemplo:
- a) Que os bens sejam constituídos, quando possível, por material reciclado, atóxico ou biodegradável, conforme ABNT NBR 15.448-1 e 15.448-2;
 - b) Que os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento;
 - c) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada;
 - d) Que use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
 - e) Que adote medidas para evitar os desperdícios de água tratada;
 - f) Que aplique medidas quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento, de modo a diminuir a produção de pressão sonora;
 - g) Que forneça aos seus empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;
 - h) Que realize um programa interno de treinamento de seus colaboradores;
 - i) Que respeite as Normas Brasileiras publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos;
 - j) Que preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias que venham a ser utilizadas ou inservíveis.
- 8.25. A licitante vencedora deverá observar no que couber:
- a) O art. 6º da Instrução Normativa/SLI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, devendo adotar as práticas de sustentabilidade descritas no dispositivo, na execução dos serviços, quando couber.

REQUISITOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 8.26. Para atender à demanda e realização das entregas dos serviços de que trata esta categoria, a CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento telefônico e pela Internet (por e-mail e/ou chat) no horário comercial (de segunda a sexta-feira de 08:00 às 18:00h e sábado de 08:00 às 13:00h), e atendimento excepcional fora do horário comercial, sem custo complementar para a CONTRATANTE, por meio de contato indicado pela CONTRATADA.
- 8.27. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA fornecer o objeto em consonância com as legislações vigentes. A ausência de documento normativo explicitado neste termo não a desobriga de fornecer quaisquer dos itens do objeto dentro dos padrões estipulados, caso exista norma específica para tais.
- 8.28. Os produtos deverão ser entregues mediante demanda, com prazo a depender da necessidade do órgão. No momento da entrega o objeto deverá estar conforme as condições solicitadas. E deverão estar de acordo com a qualidade, quantidade especificada na Ordem de Serviço.
- 8.29. A empresa CONTRATADA deverá estar apta a iniciar o fornecimento do serviço no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a assinatura do contrato.
- 8.30. A solicitação de fornecimento será feita pela CONTRATANTE, de acordo com a necessidade e possibilidade, dentro do prazo contratual e da cota estimada.

9. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

- 9.1. A descrição detalhada do objeto consta no ANEXO 1 - Caderno Técnico.
- 9.2. Seguem as listagens das placas e totens com suas respectivas coordenadas de localização em UTM.

N	Descrição - Placas	Coordenadas em UTM (zona 25)	
		m E	m S
1	P-NF-01 - Nísia Floresta/Tabatinga	267426.00	9328049.00
2	P-NF-02 - Nísia Floresta/Búzios (Rio Doce)	266524.00	9334524.00
3	P-NF-03 - Nísia Floresta/Pirambúzios (Corais de Búzios)	266194.00	9336220.00
4	P-NF-04 - Nísia Floresta/Pirangi do Sul (Igreja)	265396.00	9337996.00
5	P-NF-05 - Nísia Floresta/Foz do Rio Pirangi	265192.00	9338198.00
6	P-NF-06 - Nísia Floresta/Lagoa de Arituba	267099.00	9328065.00
7	P-PA-01 - Parnamirim/ Rio Pirangi (Ponte Nova)	264585.00	9338091.00
8	P-PA-02 - Parnamirim/Pirangi do Norte (APURN)	264943.00	9338855.00
9	P-PA-03 - Parnamirim/Pirangi do Norte (R. Dr. Augusto Severo)	264577.00	9339500.00
10	P-PA-04 - Parnamirim/Cotovelo - (Restaurante Barramares)	262439.00	9340330.00
11	P-PA-05 - Parnamirim/Rio Pirangi-Pium - (Balneário Pium)	260616.00	9341433.00
12	P-NA-01 - Natal/Ponta Negra (Morro do Careca)	260076.00	9349159.00
13	P-NA-02 - Natal/Ponta Negra (Acesso Principal)	259711.00	9349343.00
14	P-NA-03 - Natal/Ponta Negra (R. C.G.Teixeira - escadaria)	259154.00	9349990.00
15	P-NA-04 - Natal/Ponta Negra (R. M.S. Medeiros)	258725.00	9350904.00
16	P-NA-05 - Natal/Via Costeira (Cacimba do Boi)	258557.00	9351383.00
17	P-NA-06 - Natal/Via Costeira (Barreira D'Água)	258298.00	9354778.00
18	P-NA-07 - Natal/Mãe Luíza	258323.00	9358311.00
19	P-NA-08 - Natal/Miami (Relógio Solar)	257900.00	9359297.00
20	P-NA-09 - Natal/Areia Preta (Escadaria de Mãe Luíza)	257702.00	9359501.00
21	P-NAE-Extra 01-Determinação Judicial - Natal (Areia Preta)	257837.00	9359394.00
22	P-NAE-Extra 02-Determinação Judicial - Natal (Areia Preta)	257763.00	9359426.00
23	P-NAE-Extra 03-Determinação Judicial - Natal (Areia Preta)	257721.00	9359472.00
24	PNAE-Extra 04-Determinação Judicial - Natal (Areia Preta)	257648.00	9359604.00
25	P-NA-10 - Natal/Artistas (Centro de Artesanato)	257176.00	9360405.00
26	P-NA-11 - Natal/Meio (Quiosque 13)	256915.00	9361485.00
27	P-NA-12 - Natal/Forte	256730.00	9362480.00
28	P-NA-13 - Natal/Redinha (Rio Potengi)	256010.00	9363595.00
29	P-NA-14 - Natal/Redinha (Igreja)	256093.00	9363775.00
30	P-NA-15 - Natal/Redinha (Barracas)	255788.00	9364877.00
31	P-EX-01 - Extremoz/Redinha Nova (Espigão)	255911.00	9365570.00
32	P-EX-02 - Extremoz/Redinha Nova (Barraca Maresia)	256106.00	9366692.00
33	P-EX-03 - Extremoz/Jenipabu (Barracas)	255728.00	9370192.00
34	P-EX-04 - Extremoz/Barra do Rio	254393.00	9372362.00
35	P-EX-05 - Extremoz/Graçandu	254419.00	9374301.00
36	P-EX-06 - Extremoz/Pitangui (Av. Pitangui)	254179.00	9377100.00
37	P-EX-07 - Extremoz/Lagoa de Pitangui	253431.00	9375127.00

N	Descrição - Totens	Coordenadas em UTM (zona 25)	
		m E	m S
T-NF-01 Nísia		267240.00	9329982.00

1	Floresta/Tabatinga		
2	T-NF-02 Nísia Floresta/Búzios	265889.00	9336975.00
3	T-NF-03 Nísia Floresta/Pirangi do Sul	264869.00	9337871.00
4	T-PA-01 Parnamirim/Pirangi do Norte	263307.00	9339785.00
5	T-PA-02 Parnamirim/Cotovelo	262356.00	9340397.00
6	T-NA-01 Natal/Ponta Negra	258952.00	9349858.00
7	T-NA-02 Natal/Via Costeira	258291.00	9356621.00
8	T-NA-02 Natal/Areia Preta	257625.00	9359645.00
9	T-NA-03 Natal/Praia dos Artistas	257063.00	9360856.00
10	T-NA-04 Natal/Redinha	256022.00	9363679.00
11	T-EX-01 Extremoz/Redinha Nova	255780.00	9364818.00
12	T-EX-02 Extremoz/Jenipabu	253898.00	9370626.00
13	T-EX-03 Extremoz/Barra do Rio	254181.00	9372367.00
14	T-EX-04 Extremoz/Graçandu	254199.00	9375858.00
15	T-EX-05 Extremoz/Pitangui	252954.00	9376469.00

9.3. Segue o CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO PRÉVIO.

SERVIÇOS	QUANTIDADE TOTAL	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8
Serviço de confecção das placas	37 un. 33,5%	10 un. 9,05%	9 un. 8,15%	9 un. 8,15%	9 un. 8,15%				
Serviço de confecção dos totens	15 un. 34,0%	04 un. 9,07%	04 un. 9,07%	04 un. 9,07%	03 un. 6,79%				
Serviço de remoção das placas existentes, incluindo suas partes metálicas, bases e fundações, e destino final ambientalmente adequado de todo o material removido	24 un. 1,0%			8 un. (em Natal) 0,34%	8 un. (7 em Natal e 1 un. em Parnamirim) 0,33%	8 un. (3 em Parnamirim, 3 un. em Extremoz, 2 un. em Nísia Floresta) 0,33%			
Serviço de remoção dos totens existentes, incluindo suas partes metálicas, bases e fundações, e destino final ambientalmente adequado de todo o material removido	13 un. 0,75%			4 un. (em Natal) 0,23%	4 un. (em Extremoz) 0,23%	5 un. (2 em Parnamirim e 3 un. em Nísia Floresta) 0,29%			
Serviço de instalação/montagem das placas	37 un. 16,65%			7 un. (em Natal) 3,15%	7 un. (em Natal) 3,15%	5 un. (em Natal) 2,25%	7 un. (em Extremoz) 3,15%	5 un. (em Parnamirim) 2,25%	6 un. (em Nísia Floresta) 2,7%
Serviço de instalação/montagem dos totens	15 un. 14,10%			3 un. (em Natal) 2,82%	2 un. (em Natal) 1,88%	3 un. (em Extremoz) 2,82%	2 un. (em Extremoz) 1,88%	2 un. (em Parnamirim) 1,88%	3 un. (em Nísia Floresta) 2,82%

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Conforme Despacho Informativo (id. 30938539), **previsão orçamentária** para o **exercício de 2026 no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA/2026**, destinado a custear a presente despesa, em conformidade com as informações apresentadas pela Unidade Instrumental de Finanças e Contabilidade - UIFC/IDEMA, assim classificadas:

Segundo a Lei Orçamentária Anual - LOA, exercício 2026 , existe saldo Orçamentário e Financeiro para custear a presente despesa na seguinte Dotação:	
Fonte de Recursos:	0.5.01 - Outros Recursos não Vinculados
Função Programática:	27.203.18.541.0402
Subação:	248401 - Manutenção e Conservação da Sinalização da Balneabilidade, das Unidades de Conservação e das Áreas com Restrição Ambiental
Detalhe da Despesa:	33.90.30 - Material de Consumo
- Categoria da Despesa:	3 - Despesa Corrente
- Grupo da Despesa:	3 - Outras Despesas Correntes
- Modalidade de Aplicação:	90 - Aplicações Diretas
- Elemento de Despesa:	30 - Material de Consumo
Detalhe da Despesa:	33.90.39 - Outras Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- Categoria da Despesa:	3 - Despesa Corrente
- Grupo da Despesa:	3 - Outras Despesas Correntes
- Modalidade de Aplicação:	90 - Aplicações Diretas
- Elemento de Despesa:	39 - Outras Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

11. ENQUADRAMENTO DO OBJETO QUANTO À SUA COMPLEXIDADE TÉCNICA

- 11.1. O objeto da presente contratação não se enquadra como bem ou serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que sua execução demanda avaliação técnica especializada, observância de padrões específicos de qualidade, durabilidade e resistência, bem como experiência comprovada na confecção e instalação de equipamentos de sinalização em ambiente litorâneo.
- 11.2. Os equipamentos de sinalização a serem produzidos e instalados possuem características técnicas particulares, definidas a partir de sua finalidade institucional, do histórico de uso no âmbito do Programa Água Azul - Monitoramento da Balneabilidade das Praias do Estado do Rio Grande do Norte, e, sobretudo, das condições ambientais adversas às quais estarão submetidos, como exposição contínua à maresia, à umidade e às intempéries.
- 11.3. A definição dos materiais e métodos construtivos não se limita a especificações padronizadas disponíveis de forma ampla no mercado, exigindo análise criteriosa quanto à durabilidade, resistência à corrosão e manutenção do padrão visual e estrutural anteriormente adotado. Tais fatores afastam a possibilidade de julgamento exclusivamente pelo critério de menor preço, característica típica das contratações de objetos comuns.
- 11.4. Nesse contexto, a contratação demanda maior grau de avaliação técnica e de qualificação das empresas participantes, justificando-se a adoção da modalidade licitatória concorrência, que possibilita exame mais aprofundado das propostas e da capacidade técnica dos licitantes, em consonância com os princípios da eficiência, da seleção da proposta mais vantajosa e do interesse público.
- 11.5. Assim, resta devidamente caracterizado o não enquadramento do objeto como comum, estando a solução proposta amparada legalmente pela Lei nº 14.133/2021.

12. FUNDAMENTO LEGAL QUE EMBASA A CONTRATAÇÃO

- 12.1. A presente contratação encontra respaldo jurídico na Lei nº 14.133/2021 que institui o novo regime de licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública.
- 12.2. Considerando a natureza do objeto, o qual não se enquadra como bem ou serviço comum, em razão da necessidade de avaliação técnica especializada, observância de padrões específicos de qualidade, durabilidade e resistência dos materiais, bem como da exigência de qualificação técnica compatível com a complexidade da execução, justifica-se a adoção da modalidade licitatória **concorrência**, nos termos do art. 28, inciso II, 29 e PU da Lei nº 14.133/2021.

Art. 28. São modalidades de licitação:

(...)

II- Concorrência;

(...).

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei

- 12.3. Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da referida Lei, a concorrência é a modalidade de licitação aplicável à contratação de bens e serviços especiais, bem como de obras e serviços de engenharia, independentemente do valor estimado da contratação, sendo adequada quando a escolha da proposta mais vantajosa demanda análise mais aprofundada das condições técnicas e da capacitação dos licitantes.
- 12.4. Ademais, a seleção da proposta vencedora observará os princípios da legalidade, da isonomia, da eficiência, do planejamento, da motivação e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se a ampla competitividade entre os licitantes e a adequada tutela do interesse público.
- 12.5. Dessa forma, a contratação pretendida encontra-se devidamente fundamentada sob o aspecto legal, estando a adoção da modalidade concorrência em plena consonância com a legislação vigente e com as características técnicas e operacionais do objeto a ser contratado.

13. **VIGÊNCIA CONTRATUAL**

13.1. Considerando a relevância do fornecimento objeto deste contrato, para a manutenção das atividades do IDEMA, de forma permanente, prolongada e eficiente, tem-se que a contratação do objeto na modalidade prestação continuada por demanda, será pelo período de 1 (um) ano, prorrogável por igual período e sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, atendendo os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que permaneça viável economicamente, atendendo, ainda, ao princípio da eficiência e do interesse público.

14. **ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E ATESTO DOS SERVIÇOS**

14.1. A execução dos serviços poderá, como meio de sugestão, ser acompanhada, fiscalizada e atestada pelo(a) servidor(a) CHARLES ROMEIRO GALVÃO, Mat. 214.058-6, ou por outro (a) que ficará a critério do Ordenador de Despesa a sua designação, como também a do Gestor(a) do contrato.

15. **GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

- 15.1. Caberá ao **Fiscal do Contrato** as seguintes providências:
- I - verificar a execução do objeto contratual, visando garantir a qualidade desejada;
 - II - encaminhar as notas fiscais ao setor financeiro e ao Gestor do Contrato, dando-lhes os subsídios necessários para o atesto da nota fiscal;
 - III - anotar, em registro próprio, quando houver ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;
 - IV - dar imediata ciência aos seus superiores e ao órgão de controle, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
 - V - adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato.
- 15.2. Caberá ao **Gestor do Contrato** as seguintes providências:
- I - solicitar a prorrogação de contrato junto à Autoridade Competente (ou às instâncias competentes), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes;
 - II - analisar, conferir e atestar o objeto da contratação no documento fiscal, fazendo constar do atesto a data, identificação e assinatura do responsável, bem como encaminhar a documentação para pagamento à Unidade Instrumental de Finanças e Contabilidade, conforme disposições contratuais;
 - III - comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
 - IV - comunicar as irregularidades encontradas, a exemplo de situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a legislação vigente;
 - V - exigir somente o que for previsto no contrato;
 - VI - submeter qualquer alteração de condição contratual ao superior hierárquico, acompanhada das justificativas pertinentes;
 - VII - elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;
 - VIII - negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
 - IX - procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
 - X - documentar nos autos todos os fatos dignos de nota;
 - XI - deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir.

16. **DAS CERTIDÕES NEGATIVAS**

- 16.1. De acordo com as listas de verificação disponibilizadas pela Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte - PGE (para acessá-las, clique no link: [Orientações PGE](#)), é imprescindível solicitar à empresa fornecedora as certidões de regularidade. Essas certidões são documentos essenciais para garantir que a empresa está em conformidade com todas as exigências legais e fiscais, assegurando, assim, a idoneidade e a aptidão para realizar negócios com o Estado.
- 16.2. Ao requerer as certidões de regularidade, o órgão responsável pela contratação ou licitação tem maior segurança ao selecionar seus fornecedores. Dessa forma, é possível minimizar riscos jurídicos e eventuais problemas que poderiam surgir durante a relação contratual.
- 16.3. São as Certidões de Regularidade solicitadas:
- I - Certidão FGTS;
 - II - Dívida ativa da União;
 - III - Tributos da Fazenda Estadual e Municipal;
 - IV - Certidão negativa de débitos trabalhistas;
 - V - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);
 - VI - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
 - VII - Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);
 - VIII - Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal (CADIN);
 - IX - Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

17. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 17.1. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios;
- 17.2. Apresentar seus empregados com pontualidade, de acordo com os horários fixados pela CONTRATANTE, para fins de execução dos serviços;
- 17.3. Apresentar certificado de Licença Sanitária, concedida pela Vigilância Sanitária.
- 17.4. Responsabilizarem-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da contratação dos serviços e com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora;
- 17.5. **Deverá atender o §1º do artigo 4º do Decreto estadual do Rio Grande do Norte nº 32.705/2023, ou seja fazer a emissão das notas fiscais ou as faturas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.**
- 17.6. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados, inclusive para atendimento em casos de emergência;
- 17.7. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados aos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 17.8. Responsabilizar-se pelo treinamento e formação dos seus empregados, necessários à perfeita execução dos serviços, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE;
- 17.9. Cumprir e fazer cumprir por seus empregados normas e regulamentos disciplinares da CONTRATANTE, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes;
- 17.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação;
- 17.11. Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas no contrato;
- 17.12. Não se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- 17.13. Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos de segurança e/ou proteção individual, especialmente aqueles utilizados sob condição rotineira;
- 17.14. Aceitar, nas mesmas condições previamente ajustadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor pactuado nos termos do preconizado pelo art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- 17.15. Comunicar ao Fiscal ou Gestor do contrato, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificados no curso da execução contratual.

18. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 18.1. A CONTRATANTE obriga-se a:
- I - acompanhar, fiscalizar e conferir o objeto contratual;
 - II - emitir Nota de Empenho a crédito da CONTRATADA, responsabilidade da UIFC, no valor correspondente ao valor total dos itens do objeto contratados;
 - III - **em atendimento ao decreto estadual 32.705/2023, realizar a retenção do Imposto de renda incidente na fonte, responsabilidade da UIFC, como prevê art. 157, I, da Constituição Federal, nos pagamentos realizados a contratada;**
 - IV - enviar por e-mail Nota de Empenho, digitalizada, emitida em favor da CONTRATADA, ou, na indisponibilidade desta tecnologia, enviá-la por outros meios (digital (e-mail), postal, etc.);

- V - permitir o acesso do pessoal da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, para execução dos itens do objeto contratado;
- VI - impedir que pessoas não autorizadas pela CONTRATADA executem quaisquer itens do objeto contratado;
- VII - fornecer todas as condições e informações necessárias, para que a CONTRATADA possa executar os itens do objeto contratados, pautando-se inclusive pelas normas que venham a ser emitidas após a celebração do Instrumento de Contrato;
- VIII - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- IX - solicitar à CONTRATADA retificação da execução de itens do objeto contratados cujos padrões de qualidade estejam aquém das exigências contidas no Termo de Referência;
- X - informar das irregularidades, defeitos, vícios ou incorreções detectados durante a execução de itens do objeto contratados, para que a CONTRATADA adote as medidas indispensáveis à adequação às especificações e regras constantes do presente edital e respectivos anexos;
- XI - observar para que, durante a vigência do Instrumento de Contrato, sejam mantidas pela CONTRATADA as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- XII - exigir que a CONTRATADA execute os itens do objeto contratados consoante as exigências estabelecidas no presente Termo e respectivos anexos;
- XIII - rejeitar total ou parcialmente itens do objeto contratados, executados em desacordo com as exigências contidas no presente documento e respectivos anexos;
- XIV - notificar por escrito a CONTRATADA, quando ocorrer eventuais imperfeições na execução de itens do objeto contratados, fixando prazo para sua correção;
- XV - emitir o Termo de Recebimento Provisório ou o Termo de Recebimento Definitivo em conformidade com as exigências estabelecidas no presente Termo de Referência;
- XVI - efetuar o pagamento à CONTRATADA, obedecendo aos termos estabelecidos;

18.2. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do item do objeto.

19. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)**

- 19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 19.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista:
 - 19.2.1. A multa: moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso; compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
 - 19.2.2. A multa não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas em Lei.
- 19.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
 - I - advertência;
 - II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
 - III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

19.3.1. As sanções previstas nesse Termo poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Estado do Rio Grande do Norte;

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades administrativa previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

19.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

19.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Estado do RN, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Estado e cobrados judicialmente.

19.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o IDEMA poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;

19.10. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, podendo inclusive, reter eventuais pagamentos pendentes, para suprir à referida, pós análise e determinação do Ordenador de Despesas.

20. **LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTOS À CONTRATADA**

20.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

20.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

20.2.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período de prestação dos serviços;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

20.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

20.5. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- I - não produziu os resultados acordados;
- II - deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- III - deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

20.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.7. Antes do pagamento à contratada, será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.8. Constatando-se, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

20.9. Previamente à emissão de nota de empenho e pagamento, a Administração deverá verificar a regularidade da empresa para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

20.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.11. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.13. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

21. **QUALIFICAÇÕES**

21.1. A qualificação dos proponentes deve ser realizada de acordo com o estabelecido no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

22. **SUBCONTRATAÇÃO**

22.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

22.2. Devido a natureza simples dos produtos a serem contratados, é vedada a subcontratação total ou parcial do objeto.

23. **DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

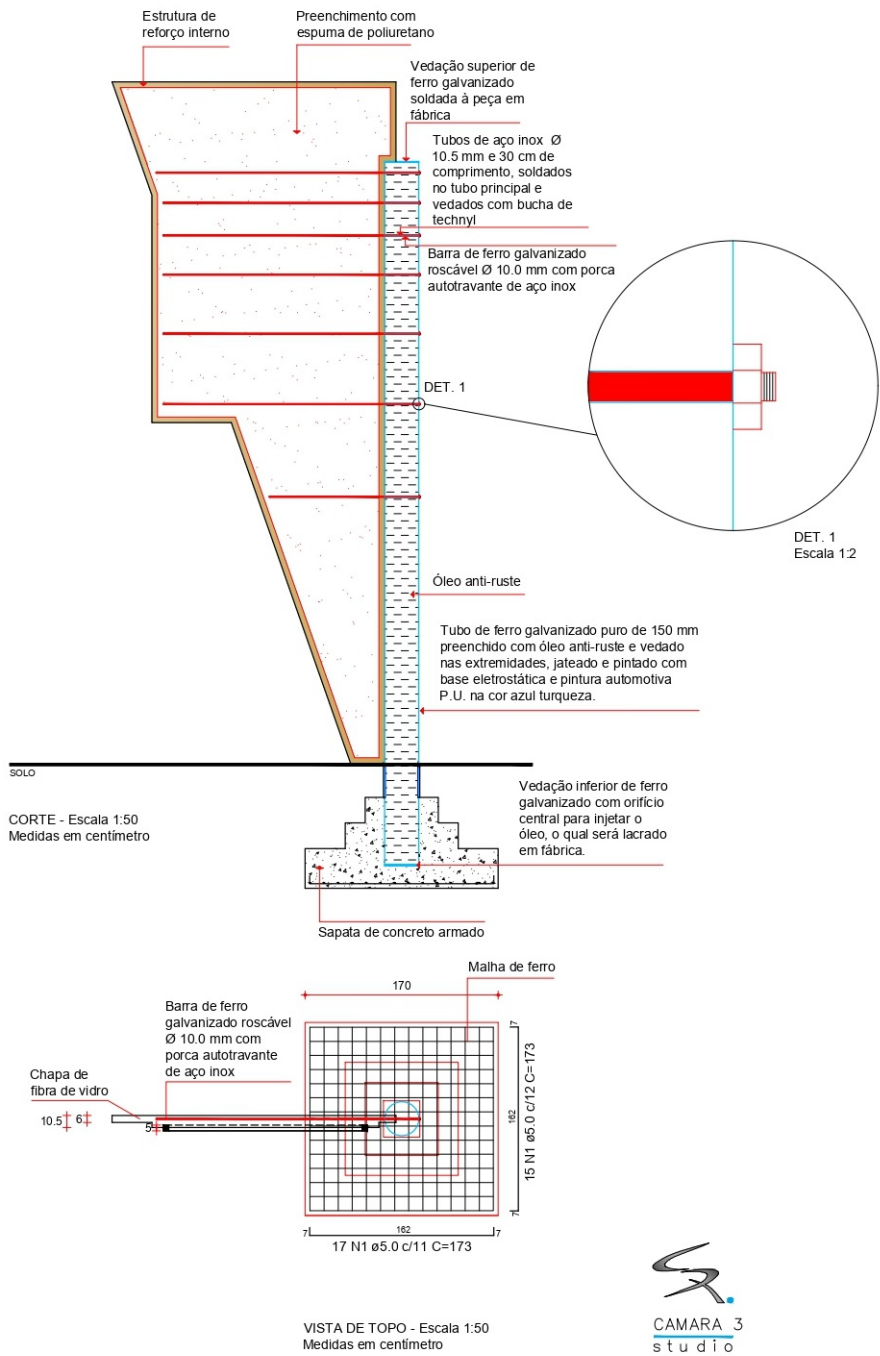
23.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

24. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

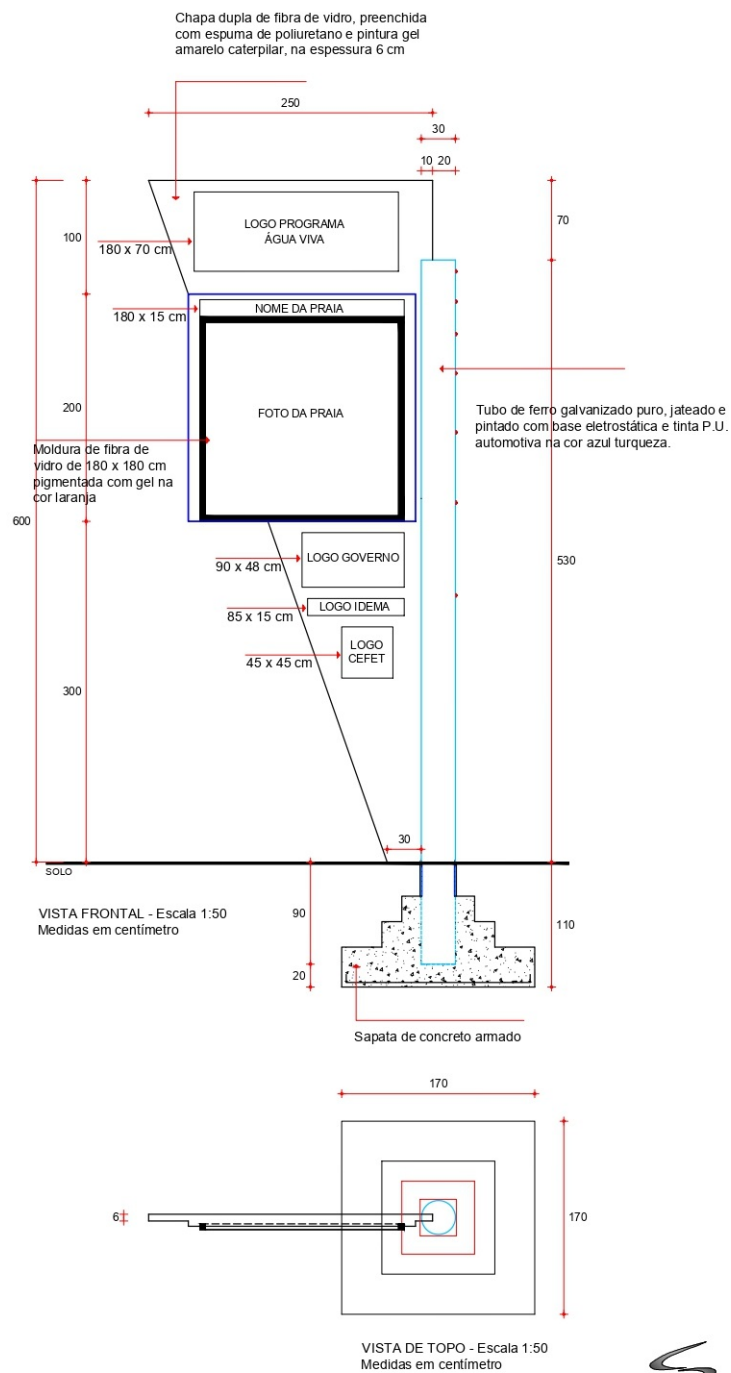
24.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

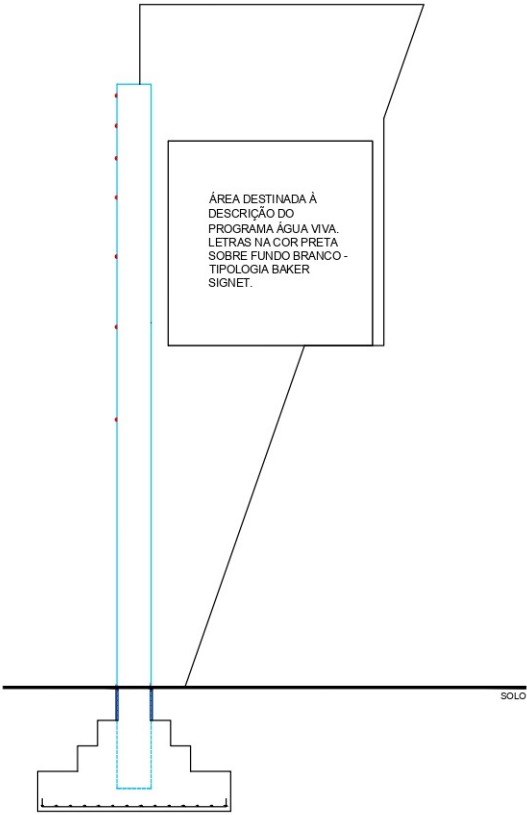
25. RESCISÃO CONTRATUAL
- 25.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, se houver uma das ocorrências prescritas no art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021.
26. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS
- 26.1. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.
27. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
- 27.1. O valor estimado para execução dos serviços, com base na pesquisa de preços realizada pelo Grupo Auxiliar de Administração Geral - GAAG/IDEMA (Id. 40784550), é de R\$ 3.129.800,00 (três milhões, cento e vinte e nove mil e oitocentos reais).
28. DA AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
- 28.1 À autoridade competente para a análise e aprovação do Termo de Referência, atinente aos itens definidos neste documento, de acordo com os princípios da conveniência, interesse público e oportunidade, e por se tratar do representante legal, Ordenador de Despesa e Diretor Geral do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.

ANEXO 01

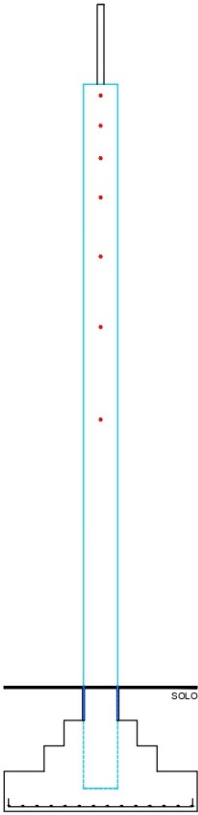


ANEXO 01A





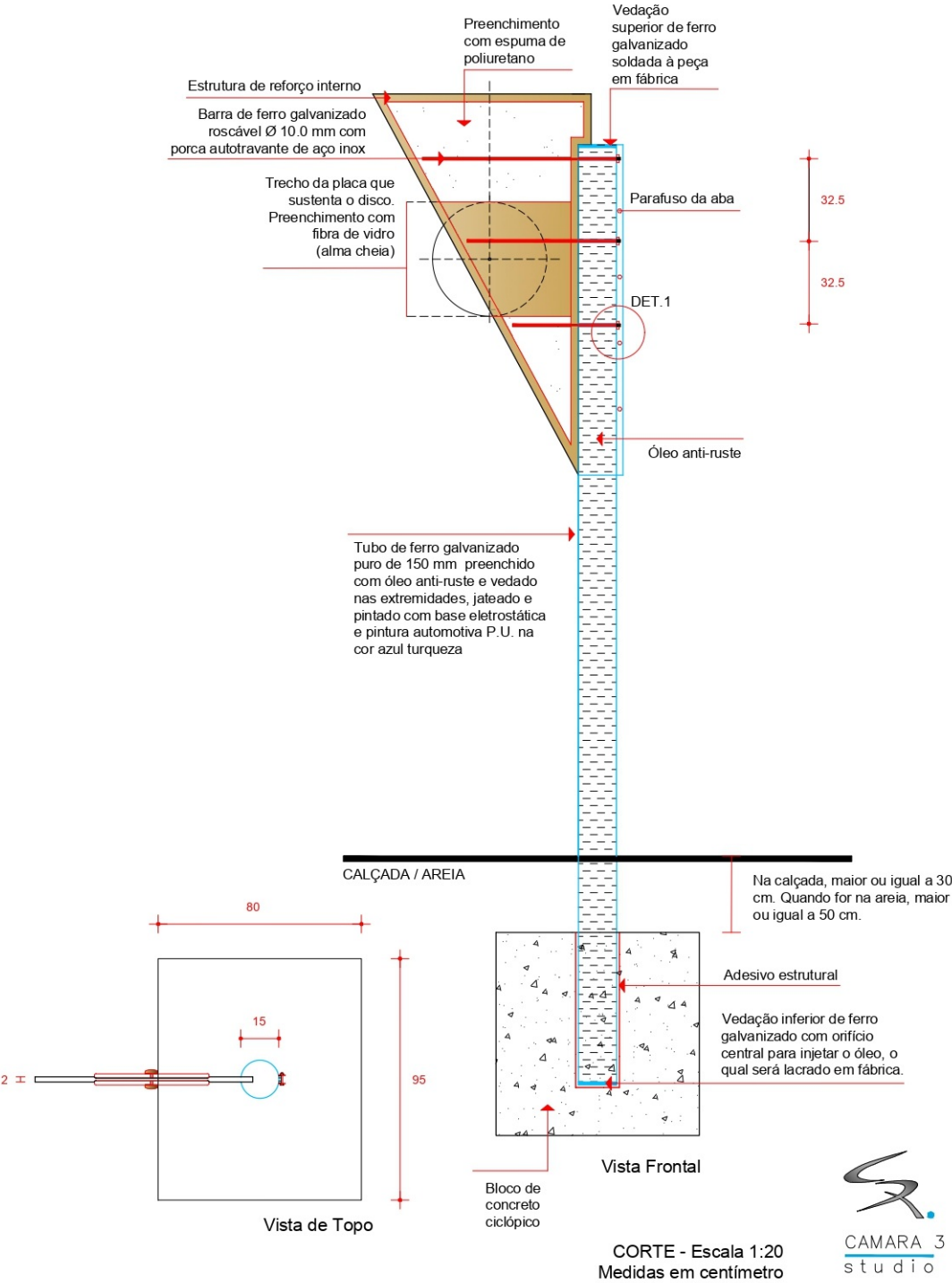
VISTA POSTERIOR - Escala 1:50
Medidas em centímetro



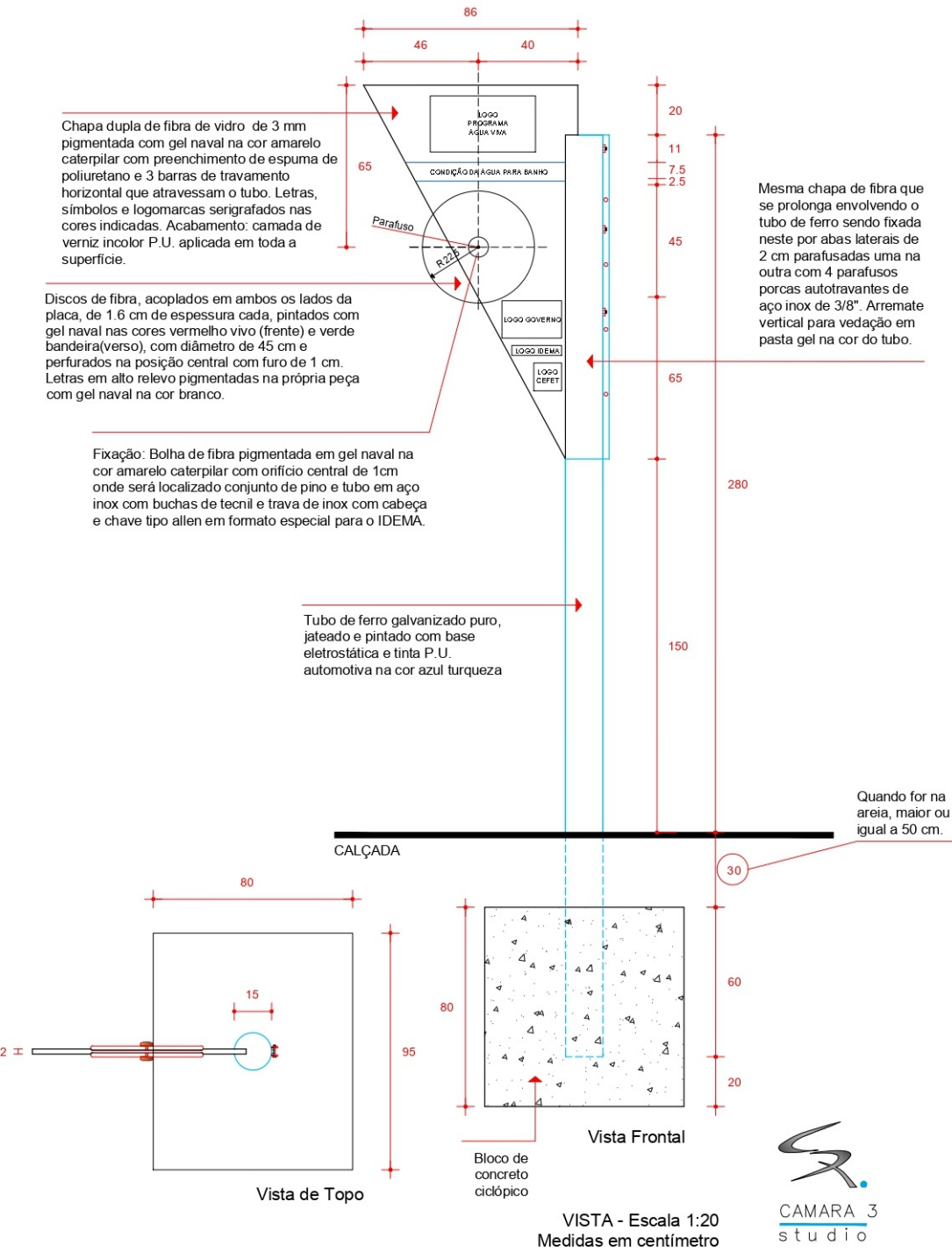
VISTA LATERAL ESQUERDA
Escala 1:50
Medidas em centímetro

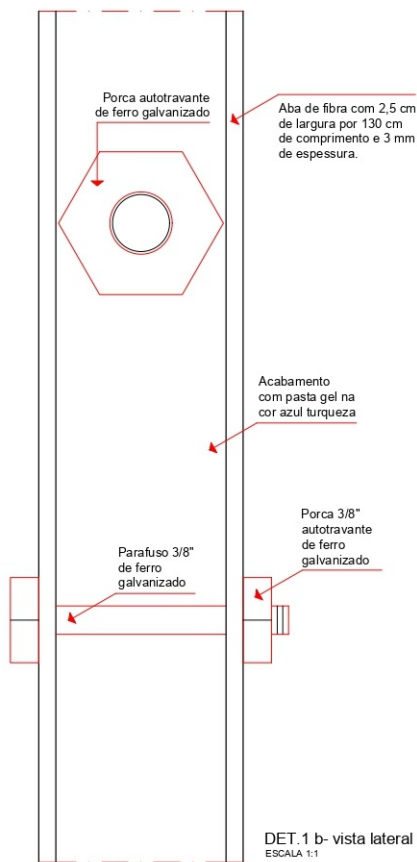
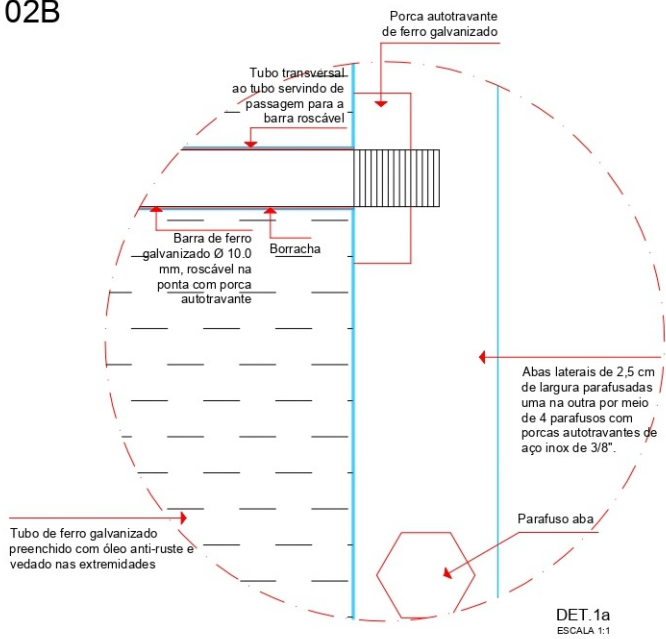


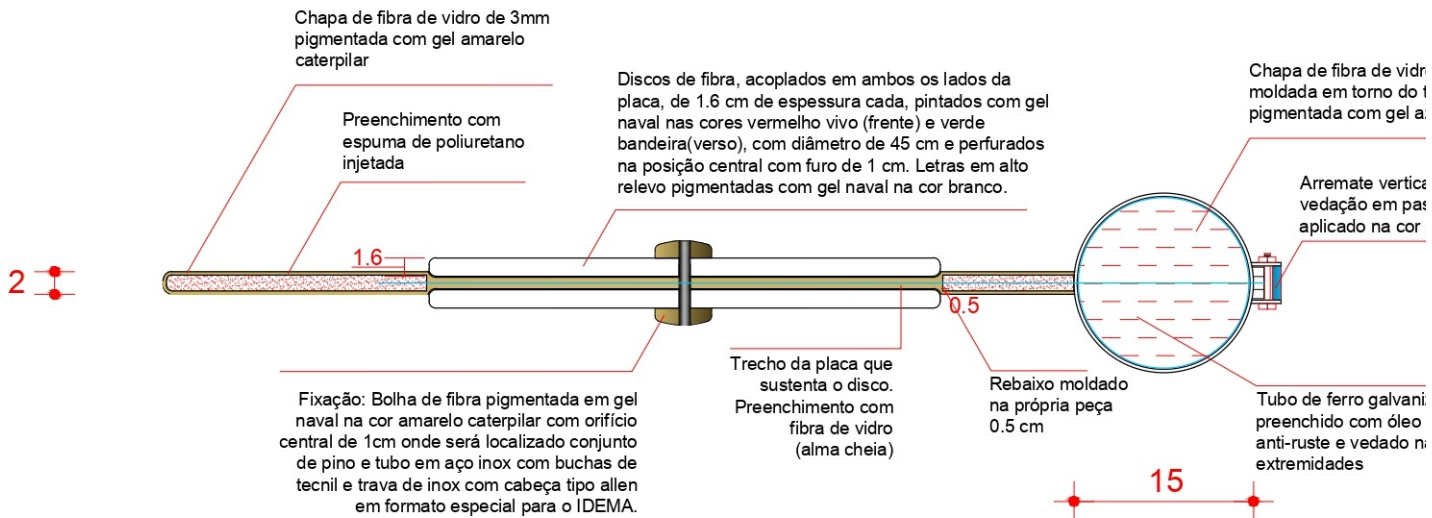
ANEXO 02



ANEXO 02A



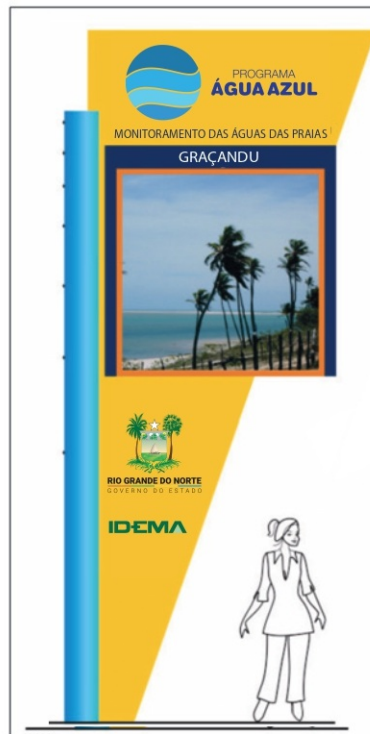


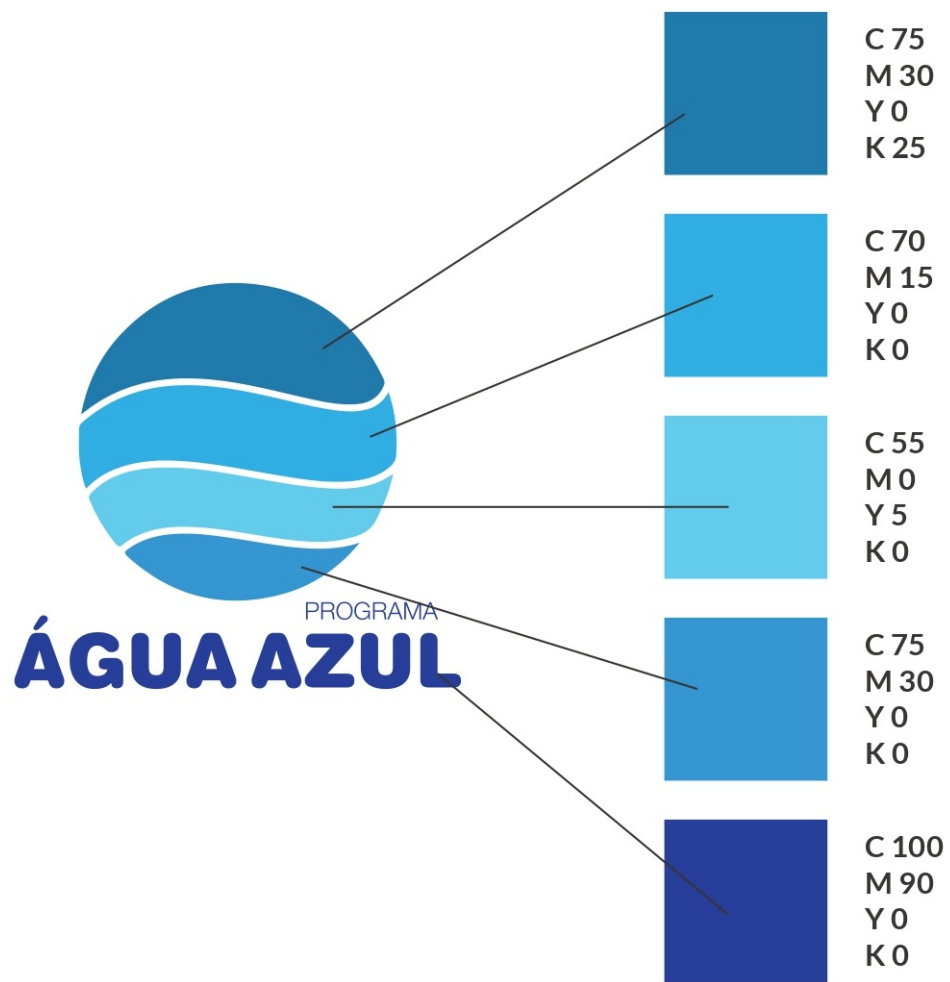


CORTE - Escala 1:5
Medidas em centímetro



adaptação 01

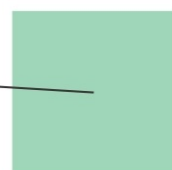




ID-EMA



C 95
M 35
Y 85
K 25



C 40
M 0
Y 35
K 0



RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO



C 90 \M 30 \Y 95 \K 25



C 30 \M 20 \Y 25 \K 5



C 5 \M 0 \Y 80 \K 0



C 60 \M 0 \Y 90 \K 0



C 90 \M 15 \Y 95 \K 5



C 30 \M 55 \Y 70 \K 30



C 40 \M 70 \Y 95 \K 60



C 25 \M 10 \Y 30 \K 0



C 0 \M 10 \Y 15 \K 0



C 75 \M 20 \Y 0 \K 0



C 10 \M 15 \Y 85 \K 0



C 75 \M 65 \Y 60 \K 80



C 15 \M 0 \Y 0 \K 0



C 85 \M 70 \Y 60 \K 85



C 70 \M 10 \Y 80 \K 0



C 35 \M 75 \Y 75 \K 40



C 20 \M 50 \Y 80 \K 10



C 40 \M 0 \Y 0 \K 0



C 40 \M 45 \Y 50 \K 30

PROGRAMA



AguaViva

MONITORAMENTO DAS ÁGUAS DAS PRAIAS




CAMARA 3
studio



IDEMA



MANUAL DE SINALIZAÇÃO

Apresentação

Conceituação

Descrição do sistema

Diagramação

Padrão de cores

Tipologia

Modelos

Tipo 01 - Direcional

Tipo 02 - Informativa

Tipo 03 - Localizada

Anexos

Mapa 01 - Parnamirim e Nísia Floresta

Mapa 02 - Natal

Mapa 03 - Extremoz e parte de Natal

CONTEÚDO

PROGRAMA



MONITORAMENTO DAS ÁGUAS DAS PRAIAS

Constituindo-se no principal destino turístico do Estado do Rio Grande do Norte, as praias integrantes do Programa Água Viva deverão conter elementos sinalizadores os quais facilitem o acesso, a rápida identificação e a verificação das condições de água para banho. Inserido nesse propósito, este Manual de Sinalização apresenta um sistema composto por três tipos de elementos visuais, sendo eles placa para estradas ou vias de acesso, totem na entrada da praia e placa nos pontos de coleta das amostras de água.

Procurando qualidade e clareza na execução do sistema de sinalização, são apresentados os dados técnicos, diagramação, padrão de cores, implantação e localização dos elementos, ilustrada por mapas e fotos.

APRESENTAÇÃO

Uma sinalização clara e simples que chame a atenção e seja resistente às intempéries e ao vandalismo, além de permitir informação intercambiável no caso da qualidade da água do local. A idéia é passar a informação de forma bem humorada e atraente, para que o banhista consiga se interessar em ler a mensagem e conseqüentemente adotar a postura recomendada: usar ou não a água do mar para banho naquele dia. A credibilidade das informações é muito importante para o usuário, sendo assim as chancelas do governo, do instituto e do laboratório devem estar bem visíveis. A logomarca do Programa tem seu destaque para que haja uma boa identificação e ao mesmo tempo uma identidade chamando a atenção do usuário para a existência de um monitoramento da balneabilidade das praias.

Com base nessas premissas o projeto foi conceituado adotando cores vivas, formas geométricas, materiais duráveis e resistentes às intempéries e ao vandalismo. Outro fator importante levado em conta foi a flexibilidade da informação contida nas peças localizadas na orla, sinalizando para o banhista nacional e estrangeiro a propriedade ou impropriedade do banho naquela data. Procurou-se então adotar um sistema de fácil manuseio pelo técnico e ao mesmo tempo de fácil leitura pelo banhista e que permitisse a alternância da informação sempre que necessário. Quanto à validade do período de análise a proposta restringe-se a informar que são dados coletados e analisados naquela semana, sem haver necessidade de troca semanal dessa informação.

CONCEITUAÇÃO

O sistema informativo está composto basicamente por três tipos que integram a sinalização:

Tipo 01 - placas de sinalização rodoviária aco-pladas a sistemas já existentes;

Tipo 02 - totens balizando a chegada a cada praia e informando da existência do programa de monitoramento da balneabilidade no local;

Tipo 03 - placas localizadas em cada ponto de coleta e análise da qualidade da água para banho.

Nos elementos que compõem o sistema constará o nome do programa com a respectiva logomarca, sendo que no tipo 01 entra apenas o logotipo, por uma questão de simplificar a mensagem para leitura à distância e em movimento. Foi também adotado o mesmo padrão de cores para que o usuário identifique a continuidade do monitoramento e conseqüentemente adquira mais confiança para tomar banho de mar em qualquer das praias sinalizadas.

Para a localização da sinalização em cada um dos pontos procurou-se adotar uma solução padrão: quando existir calçada ou pavimentação o poste de sustentação da placa será chumbado diretamente no calçamento e nos casos de praia aberta, implantação diretamente na areia, com o devido cuidado de estar preparada para a colocação da sapata de concreto que dá sustentação ao conjunto.

É muito importante a boa fixação e a permanência da sinalização no local, fatores que foram levados em conta na determinação dos tipos de suporte, ancoragem ao solo e materiais utilizados. Para tanto recorreu-se a uma consultoria de engenheiro civil e o projeto está acrescido desses cálculos e dimensionamento, levando em conta a ação dos ventos, bastante significativa nas áreas em questão.

O SISTEMA

Escalas cromáticas

A fim de se obter um resultado esperado na execução das diversas tipologias que compõem o sistema de comunicação visual, deve-se seguir o padrão de cores indicado.

Escala CMYK

	M20 Y100
	M60 Y100
	M100 Y100
	C75 Y100
	C100 M70 K30
	C85 M 20

Escala Pantone

	Pantone 136 C
	Pantone 151 C
	Pantone 485 C
	Pantone 363 C
	Pantone 281 C
	Pantone 299 C

Pintura - esmalte sintético

	Amarelo Ouro
	Laranja
	Vermelho
	Verde Folha
	Azul Del Rey
	Arron tabaco

Vinil adesivo

	Yellow
	Golden yellow
	Camel bege
	Red
	Dark magenta
	Intense blue
	Ocean blue
	Dark aqua
	Black
	White
	Sapphire blue
	Brown
	Dark green
	Green



Placas e logos

Logo do IDEMA

PADRÃO DE CORES

Tipologia: Baker Signet BT

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz
1234567890

Placa localizada e totem

Tipologia: GlaserSteD

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
1234567890

Tipologia: Venus - Normal

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz
1234567890

Placa localizada

Tipologia: Tahoma

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz
1234567890

Placa direcional

TIPOLOGIA

A sinalização do tipo 01 será de aproximação, ainda na estrada ou via de acesso, a ser justaposta às placas rodoviárias existentes, informando que o Programa Água Viva está presente naquela praia. Caso haja necessidade de placa própria, essa será confeccionada seguindo os padrões estabelecidos para sinalização rodoviária.

A sinalização do tipo 02 será um tótem de informação do Programa Água Viva na entrada ou no acesso à praia informando o seu nome, e fazendo referência ao seu visual através de um banner fotográfico da paisagem. Tem característica de boas vindas, e deverá informar, de modo atraente e inovador que o Programa Água Viva está funcionando naquela praia. Sua presença deve se destacar na paisagem e, portanto, sua escala deve ser condizente com essa função. Daí ter sido concebido um tótem de maior porte para ser visualizado à distância, mas sempre guardando uma coerência plástico-formal com os outros elementos integrantes do sistema.

A sinalização do tipo 03 é localizada exatamente nos pontos de coleta da água do mar analisada em laboratório semanalmente. Dependendo do resultado, a sinalização será dada pela condição da água para banho: própria ou imprópria, seguindo as cores convencionadas internacionalmente: verde permitido e vermelho proibido. Para facilitar o manuseio e tornar prática a mudança da informação foi criado um disco de dupla-face a ser rosqueado na placa triangular com chave especial que só o Instituto será detentor e terá a possibilidade de travar e destravar, conforme seja necessária a alteração da informação a cada semana e em cada ponto. Considerando a presença constante de turistas estrangeiros em praias que integram o programa procurou-se dar a informação também em inglês, ampliando assim o universo dos usuários informados.

MODELOS

Salvo Melhor Juízo, segue o referido.
A consideração superior,

ANEXO II MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE (IDEMA), E A PESSOA JURÍDICA XXXXXX, INSCRITA NO CNPJ Nº YYYYYY, COM SEDE NA RUA ENDEREÇO, PROCESSO SEI Nº. 02810064.000587/2024-89- CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PELO MENOR PREÇO Nº 00000/2025.

O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE (IDEMA), doravante denominado CONTRATANTE, CNPJ nº 08.242.166/0001-26, sediado na Av. Alm. Alexandrino de Alencar, 1397 - Tirol - Natal/RN - CEP: 59015-350 - Telefone: (84) 3113 - 6111/0800-084-7004, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas WERNER FARKATT TABOSA, no uso da competência que lhe foi atribuída, residente e domiciliado nesta Capital, e a pessoa jurídica XXXXX, INSCRITA NO CNPJ Nº YYYYYY, COM SEDE NA RUA ENDEREÇO, E-mail: YYYYYYYY, neste ato representada por GGGGGGGG, inscrito no RG sob o nº. &&&&&, e no CPF sob o nº. JJJJJJ, residente na AV. endereço, Telefone (yy) XXXXXXX, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, conforme Processo Sei nº. 02810064.000587/2024-89, homologado pelo Ordenador de Despesas, incorporando a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PELO MENOR PREÇO nº 00000/2026 e seus anexos, e a proposta apresentada pela CONTRATADA a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Instrução Normativa Seges/Me nº 65, de 7 de julho de 2021; Instrução Normativa Seges/Mgi nº 79, de 12 de Setembro de 2024; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Estadual nº. 10.579, de 07 de agosto de 2019; Lei Complementar Estadual nº. 695 de 18 de janeiro de 2022, Decreto nº. 32.449, de 07 de março de 2023, e demais normas afins, e da Política de Contratações e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 92, I, II da Lei nº 14.133/2021)

O presente instrumento tem por objeto a CONTRATAÇÃO de empresa especializada para a confecção e instalação de novos equipamentos de sinalização do Projeto Estudo de Balneabilidade das Praias do Rio Grande do Norte (PEBPRN). Os serviços incluem a confecção e instalação de 15 totens e 37 placas, bem como a remoção de equipamentos antigos deteriorados, de acordo com as especificações, obrigações e demais condições desta CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA POLO MENOR PREÇO e seus anexos.

1.1. Os quantitativos incoerentes a realidade dos dados foram levantados e definidos pelo Núcleo de Monitoramento Ambiental - NMA/IDEMA, no qual possui o mapeamento dos equipamentos de sinalização do Projeto Estudo de Balneabilidade das Praias da RMN, conforme planilhas de quantitativos e suas respectivas coordenadas de localização em UTM, abaixo descritas:

QUANTITATIVO ESTIMADO			
Item	Descrição dos serviços	Unidade de Medida	Quantidade
01	Serviço de confecção das placas	Unidade	37
	Serviço de confecção dos totens	Unidade	15
02	Serviço de instalação das placas	Unidade	37
	Serviço de instalação dos totens	Unidade	15
03	Serviço de remoção das placas existentes, incluindo partes metálicas, bases e fundações, e destino final ambientalmente adequado de todo o material removido	Unidade	24
	Serviço de remoção dos totens existentes, incluindo partes metálicas, bases e fundações, e destino final ambientalmente adequado de todo o material removido	Unidade	13
04	Comprovação de execução dos serviços	Relatório	01 para cada parcela de pagamento

COORDENADAS DE LOCALIZAÇÃO EM UTM

N	Descrição - Placas	Coordenadas em UTM (zona 25)	
		m E	m S
1	P-NF-01 - Nísia Floresta/Tabatinga	267426.00	9328049.00
2	P-NF-02 - Nísia Floresta/Búzios (Rio Doce)	266524.00	9334524.00
3	P-NF-03 - Nísia Floresta/Pirambúzios (Corais de Búzios)	266194.00	9336220.00
4	P-NF-04 - Nísia Floresta/Pirangi do Sul (Igreja)	265396.00	9337996.00
5	P-NF-05 - Nísia Floresta/Foz do Rio Pirangi	265192.00	9338198.00
6	P-NF-06 - Nísia Floresta/Lagoa de Arituba	267099.00	9328065.00
7	P-PA-01 - Parnamirim/ Rio Pirangi (Ponte Nova)	264585.00	9338091.00
8	P-PA-02 - Parnamirim/Pirangi do Norte (APURN)	264943.00	9338855.00
9	P-PA-03 - Parnamirim/Pirangi do Norte (R. Dr. Augusto Severo)	264577.00	9339500.00
10	P-PA-04 - Parnamirim/Cotovelo - (Restaurante Barramares)	262439.00	9340330.00
11	P-PA-05 - Parnamirim/Rio Pirangi-Pium - (Balneário Pium)	260616.00	9341433.00
12	P-NA-01 - Natal/Ponta Negra (Morro do Careca)	260076.00	9349159.00
13	P-NA-02 - Natal/Ponta Negra (Acesso Principal)	259711.00	9349343.00
14	P-NA-03 - Natal/Ponta Negra (R. C.G.Teixeira - escadaria)	259154.00	9349990.00
15	P-NA-04 - Natal/Ponta Negra (R. M.S. Medeiros)	258725.00	9350904.00
16	P-NA-05 - Natal/Via Costeira (Cacimba do Boi)	258557.00	9351383.00
17	P-NA-06 - Natal/Via Costeira (Barreira D'Água)	258298.00	9354778.00
18	P-NA-07 - Natal/Mãe Luíza	258323.00	9358311.00
19	P-NA-08 - Natal/Miami (Relógio Solar)	257900.00	9359297.00
20	P-NA-09 - Natal/Areia Preta (Escadaria de Mãe Luíza)	257702.00	9359501.00
21	P-NAE-Extra 01-Determinação Judicial - Natal (Areia Preta)	257837.00	9359394.00
22	P-NAE-Extra 02-Determinação Judicial - Natal (Areia Preta)	257763.00	9359426.00
23	P-NAE-Extra 03-Determinação Judicial - Natal (Areia Preta)	257721.00	9359472.00
24	PNAE-Extra 04-Determinação Judicial - Natal (Areia Preta)	257648.00	9359604.00
25	P-NA-10 - Natal/Artistas (Centro de Artesanato)	257176.00	9360405.00
26	P-NA-11 - Natal/Meio (Quiosque 13)	256915.00	9361485.00
27	P-NA-12 - Natal/Forte	256730.00	9362480.00
28	P-NA-13 - Natal/Redinha (Rio Potengi)	256010.00	9363595.00
29	P-NA-14 - Natal/Redinha (Igreja)	256093.00	9363775.00
30	P-NA-15 - Natal/Redinha (Barracas)	255788.00	9364877.00
31	P-EX-01 - Extremoz/Redinha Nova (Espigão)	255911.00	9365570.00
32	P-EX-02 - Extremoz/Redinha Nova (Barraca Maresia)	256106.00	9366692.00
33	P-EX-03 - Extremoz/Jenipabu (Barracas)	255728.00	9370192.00
34	P-EX-04 - Extremoz/Barra do Rio	254393.00	9372362.00
35	P-EX-05 - Extremoz/Graçaundu	254419.00	9374301.00
36	P-EX-06 - Extremoz/Pitangui (Av. Pitangui)	254179.00	9377100.00
37	P-EX-07 - Extremoz/Lagoa de Pitangui	253431.00	9375127.00

Nº	Descrição - Totens	Coordenadas em UTM (zona 25)
1102205501	CEI 028100200050597/2	

		m E	m S
1	T-NF-01 Nísia Floresta/Tabatinga	267240.00	9329982.00
2	T-NF-02 Nísia Floresta/Búzios	265889.00	9336975.00
3	T-NF-03 Nísia Floresta/Pirangi do Sul	264869.00	9337871.00
4	T-PA-01 Parnamirim/Pirangi do Norte	263307.00	9339785.00
5	T-PA-02 Parnamirim/Cotovelo	262356.00	9340397.00
6	T-NA-01 Natal/Ponta Negra	258952.00	9349858.00
7	T-NA-02 Natal/Via Costeira	258291.00	9356621.00
8	T-NA-02 Natal/Areia Preta	257625.00	9359645.00
9	T-NA-03 Natal/Praia dos Artistas	257063.00	9360856.00
10	T-NA-04 Natal/Redinha	256022.00	9363679.00
11	T-EX-01 Extremoz/Redinha Nova	255780.00	9364818.00
12	T-EX-02 Extremoz/Jenipabu	253898.00	9370626.00
13	T-EX-03 Extremoz/Barra do Rio	254181.00	9372367.00
14	T-EX-04 Extremoz/Graçandu	254199.00	9375858.00
15	T-EX-05 Extremoz/Pitangui	252954.00	9376469.00

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, sendo parte integrante e complementar deste contrato:

- a) Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) Edital de Concorrência Eletrônica pelo Menor Preço e seus anexos;
- c) Proposta final firmada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI, XVII da Lei nº 14.133/2021).

São obrigações da CONTRATADA, **além das previstas** na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PELO MENOR PREÇO nº 00000/2026 e **seus anexos**, dentre outras neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste, a saber:

- 2.1. Executar o contrato conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas nestes documentos.
- 2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 2.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 2.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 2.6. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
 - f) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 2.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 2.8. Assegurar aos seus trabalhadores, ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 2.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.
- 2.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 2.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 2.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 2.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 2.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 2.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 2.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 2.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 2.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 2.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 2.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 2.21. Assegurar à CONTRATANTE:
 - a) O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
 - b) Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 2.22. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 2.23. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante.
- 2.24. Apresentar os empregados devidamente fardados.
- 2.25. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão na execução do serviço.
- 2.26. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência.
- 2.27. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.
- 2.28. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.
- 2.29. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, afim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 2.30. Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nºs 6.496/77 e nº 12.378/2010).
- 2.31. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, no Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 2.32. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA:
 - a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
 - b) Além das disposições previstas no Estudo Técnico Preliminar, nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados), deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de

- reservação de material para usos futuros;
- l. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- II. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- V. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 2.33. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 2.34. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- I. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA Nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- II. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
- 2.35. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.
- 2.36. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Termo de Referência e demais documentos anexos.
- 2.37. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 2.38. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, no ficando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 2.39. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- 2.40. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- 2.41. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao IDEMA e ao Estado do Rio Grande do Norte ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas e estabelecida em seus anexos.
- 2.42. Manter sigilo absoluto sobre a natureza, conteúdo e andamento dos serviços, bem como sobre todas as informações, dados e documentos pertencentes a CONTRATADA, sejam eles relativos ou não à prestação dos serviços; isso inclui, sem se limitar, à adoção de procedimentos adequados para armazenamento, transmissão, transporte e utilização de informações em qualquer mídia, tanto nas dependências do IDEMA ou em ambiente externo, sob pena de responsabilidade civil e criminal por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização.
- 2.43. Atender às solicitações de serviços de acordo com as diretrizes, especificações técnicas, cronogramas e condições especificadas e estabelecida em seus anexos.
- 2.44. Dispor de pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, greve, demissão ou outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
- 2.45. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Contrato, sem prévia autorização do IDEMA.
- 2.46. Sanar qualquer defeito ou mau funcionamento dos produtos e subprodutos, respeitando os prazos constantes e estabelecidos em seus anexos, sem ônus para a CONTRATANTE.
- 2.47. Compete à CONTRATADA arcar com todos os custos decorrentes da realização de consultas remotas ou presenciais, oficinas, reuniões técnicas, workshops, bem como quaisquer outros eventos necessários ao andamento do projeto, exceto pelas despesas individuais de participação dos servidores do IDEMA em tais eventos.
- 2.48. Executar os serviços conforme especificações e estabelecida em seus anexos, e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;
- 2.49. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 2.50. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 2.51. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na lei 14.133/21;
- 2.52. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 2.53. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 2.54. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- a) O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobras eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- b) Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;
- c) Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006;
- d) Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação;
- e) Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- f) Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 2.55. Substituir, de imediato, a qualquer tempo e por determinação do IDEMA, os empregados de sua equipe de trabalho que não atenderem às exigências do Termo de Referência e aos padrões de qualidade necessários ao adequado desempenho de suas funções.
- 2.56. Fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, responsabilizando-se por qualquer acidente que venha a ocorrer em decorrência da execução dos serviços contratados.
- 2.57. Comunicar, formal e imediatamente ao servidor ou comissão de recebimento designados, todas as ocorrências anormais ou de comprometimento da execução do objeto contratado.
- 2.58. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido na proposta apresentada e na nota de empenho a ser emitida.
- 2.59. Toda informação referente ao IDEMA que a CONTRATADA ou seus prepostos vierem a tomar conhecimento por necessidade de execução dos serviços ora contratados **não poderá**, sob nenhuma hipótese, ser repassada a terceiros.
- 2.60. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.
- 2.61. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI, XIV da Lei nº 14.133/2021)

Caberão ao CONTRATANTE as seguintes obrigações e responsabilidades, **além das previstas na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PELO MENOR PREÇO nº 00000/2026 e seus anexos**, dentre outras neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste, a saber:

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.
- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada.
- NÃO** praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;
 - direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
 - promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- Cientificar o órgão de representação judicial do IDEMA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, **quando for o caso**:
 - “as built”, elaborado pelo responsável por sua execução;
 - comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
 - laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
 - certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
 - a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do

Consumidor).

- 3.11. exercer a gestão e supervisão dos serviços prestados, por servidores ou comissão previamente designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, acompanhando rigorosamente o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relacionadas ao respectivo contrato, exigindo cópias dos documentos comprobatórios da quitação dessas obrigações;
- 3.12. Emitir a Ordem de Fornecimento/Serviço respectiva ao fornecimento dos equipamentos e serviços de instalação e configuração, em até 10 (dez) dias contados a partir da comunicação de emissão da nota de empenho.
- 3.13. Acompanhar o fornecimento e avaliar os aspectos técnicos e operacionais para garantir a qualidade dos serviços prestados.
- 3.14. Assegurar o acesso às suas dependências dos profissionais incumbidos do fornecimento do serviço contratado, desde que os mesmos se apresentem devidamente identificados e uniformizados, respeitadas as normas internas (segurança e disciplina) do IDEMA.
- 3.15. Determinar a substituição de imediato e a qualquer tempo dos empregados da CONTRATADA que não atenderem às exigências do Termo de Referência e aos requisitos e padrões de qualidade necessários ao adequado desempenho das suas funções.
- 3.16. Prestar todas as informações necessárias à CONTRATADA, na execução dos serviços.
- 3.17. Efetuar o pagamento do objeto, previsto no Termo de Referência.
- 3.18. Notificar a CONTRATADA, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços.
- 3.19. Recusar o recebimento do objeto que não estiverem em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA.
- 3.20. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 3.21. Exigir, sempre que necessário a apresentação, pela CONTRATADA, da documentação comprovando a manutenção das condições que ensejaram a sua contratação.
- 3.22. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor/comissão de recebimento designado(s), deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis.
- 3.23. O servidor e/ou a comissão de recebimento designada deverá comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem atraso e/ou descumprimento das cláusulas e condições previstas no Termo de Referência, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções cabíveis, resguardados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, bem como as situações que impliquem prorrogações/alterações das cláusulas e condições previstas no Termo de Referência, para autorização e demais providências junto à Administração do IDEMA.
- 3.24. Comunicar oficialmente à CONTRATADAS quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, exigindo seu imediato saneamento sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato;
- 3.25. Permitir o acesso e a permanência dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços contratados;
- 3.26. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA ou por seu preposto, para cumprimento de suas obrigações;
- 3.27. Efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;
- 3.28. Exigir, mediante justificativa, a imediata substituição de qualquer empregado quando não possuir a qualificação mínima exigida ou sempre que sua conduta for julgada insatisfatória ou inconveniente para o CONTRATANTE;
- 3.29. Fornecer acesso aos sistemas informatizados a serem utilizados, exclusivamente, para o desempenho dos serviços a serem contratados;
- 3.30. Solicitar a CONTRATADA a substituição de qualquer produto, material, utensílio ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações ou, ainda, que não atendam às necessidades do CONTRATANTE;
- 3.31. É vedada qualquer ingerência de agentes públicos vinculados ao CONTRATANTE na administração da CONTRATADA, inclusive no que se refere à proibição de direcionamento ou de indicação de pessoas para trabalharem na CONTRATADA;
- 3.32. Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.
- 3.33. O prazo de instrução referido no item anterior somente terá início após a verificação, por parte do Gestor da avença, acerca dos pressupostos de admissibilidade do pedido previsto no art. 123 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.34. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.
- 3.35. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.
- 3.36. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.
- 3.37. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 3.38. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 3.39. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - I. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - II. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - III. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - IV. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
 - V. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
 - VI. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

CLÁUSULA QUARTA - DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O CONTRATANTE e a CONTRATADA se obrigam **além das previstas na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PELO MENOR PREÇO nº 00000/2026 e seus anexos**, dentre outras neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste, a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente Contrato.

4.1.A CONTRATADA declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo CONTRATANTE, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

4.2.É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

4.3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento da presente avença.

4.4. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

4.5. Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste contrato e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 92, IV, VII, XVIII da Lei nº 14.133/2021)

A forma do regime de execução do presente contrato será direta, através de entrega no quantitativo total contratado, bem como de acordo com as especificações constantes dos instrumentos legais norteadores desta contratação, com seus próprios funcionários e equipamentos. Neste regime, a empresa é responsável por todas as operações e não pode terceirizar ou subcontratar os serviços, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, **além das previstas na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PELO MENOR PREÇO nº 00000/2026 e seus anexos**, dentre outras neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste, a saber:

- 5.1. Início da execução do objeto após emissão da Ordem de Serviço emitida pela Direção Geral do IDEMA;
- 5.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho;
- 5.3. Após a assinatura do contrato, a empresa vencedora deverá comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentação dos seguintes documentos:
 - a) ART emitida pelo CREA do responsável técnico pela execução dos serviços, sendo este o detentor do acervo apresentado na licitação. Caso haja necessidade de alteração do responsável técnico, a empresa deverá submeter à aprovação do Fiscal do Contrato/IDEMA.
 - b) Cronograma físico-financeiro elaborado pela CONTRATANTE (IDEMA).
- 5.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste documento e/ou na proposta;
- 5.5. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 5.6. A CONTRATADA deve manter, permanentemente, em seu escritório de campo, o Diário de Obras onde serão anotadas diariamente:
 - a) As informações do andamento da obra;
 - b) As ordens, observações e informações da FISCALIZAÇÃO;
 - c) Observações e comunicações da CONTRATADA;
 - d) As folhas do Diário serão numeradas seguidamente e deverão conter os nomes da CONTRATADA e do IDEMA, o número do Contrato, o número do Diário e a data das anotações, e deverão ser rubricadas numericamente pela CONTRATADA e pela FISCALIZAÇÃO.
- 5.7. A CONTRATADA deve possuir Responsável Técnico junto ao CREA, e possuir equipe técnica multidisciplinar com profissionais habilitados e experientes nas suas áreas de atuação.
- 5.8. A CONTRATADA será a única responsável pelo fornecimento global e integrado de todo o objeto de acordo com as exigências do edital.
- 5.09. O IDEMA poderá exigir da CONTRATADA a substituição do responsável técnico residente, desde que verifique falhas que comprometam a estabilidade e a qualidade da obra, inobservância dos respectivos projetos e das especificações constantes do Caderno de Encargos, bem como atrasos parciais do cronograma físico que impliquem prorrogação do prazo final da obra.
- 5.10. O profissional alocado pela CONTRATADA deverá efetuar além dos serviços de acompanhamento diário da execução dos serviços, o acompanhamento das inspeções realizadas pela Fiscalização.
- 5.13. O IDEMA poderá exigir da CONTRATADA a substituição de qualquer profissional da obra desde que verificada a sua incompetência para execução das tarefas, bem como apresentar hábitos de conduta nociva a boa administração da obra. A substituição de qualquer profissional será processada, no máximo, 48 horas após a comunicação, por escrito, da FISCALIZAÇÃO.
- 5.14. Cronograma de realização dos serviços:
 - a) Os serviços deverão ser executados, conforme Cronograma Físico Financeiro;
 - b) O prazo de execução começará a contar imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço emitida pela Direção Geral do IDEMA, e deverá obedecer ao Cronograma Físico

- Financeiro elaborado pelo IDEMA que será acatado pela contratada.
- c) A Contratada deverá submeter à fiscalização eventuais ajustes no Cronograma Físico Financeiro, de modo a mantê-la perfeitamente informada sobre o desenvolvimento dos trabalhos e possível realização de aditivos.
 - d) O Cronograma dos serviços será revisto sempre que necessário para ajustar as etapas dos serviços em decorrência de adequação técnica da obra.
 - e) Tal revisão será precedida das justificativas técnicas apresentada pela CONTRATANTE e não poderá ensejar aumento do prazo, preço contratual e o desembolso máximo previsto para o exercício financeiro do ano.
- 5.15. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
- a) Os objetos serão instalados após remoção dos já existentes nos locais, segundo coordenadas de localização em UTM, presvistas desta Concorrência e seus anexos.
 - b) Para atender à demanda e realização das entregas dos serviços de que trata esta categoria, a CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento telefônico e pela Internet (por e-mail e/ou chat) no horário comercial (de segunda a sexta-feira de 08:00 às 18:00h e sábado de 08:00 às 13:00h), e atendimento excepcional fora do horário comercial, sem custo complementar para o CONTRATANTE, por meio de contato indicado pela CONTRATADA.
 - c) É de inteira responsabilidade da CONTRATADA fornecer o objeto em consonância com as legislações vigentes. A ausência de documento normativo explicitado neste termo não a desobriga de fornecer quaisquer dos itens do objeto dentro dos padrões estipulados, caso exista norma específica para tais.
 - d) Os produtos deverão ser entregues mediante demanda, com prazo a depender da necessidade do órgão. No momento da entrega o objeto deverá estar conforme as condições solicitadas. E deverão estar de acordo com a qualidade, quantidade especificada na Ordem de Serviço.
 - e) A empresa CONTRATADA deverá estar apta a iniciar o fornecimento do serviço no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a assinatura do contrato.
 - f) A solicitação de fornecimento será feita pelo CONTRATANTE, de acordo com a necessidade e possibilidade, dentro do prazo contratual e da cota estimada.

5.16. **Garantia dos Bens, Manutenção, assistência técnica e suporte pós-aquisição nos seguintes termos:**

- a) O prazo de garantia legal é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- b) O prazo de garantia dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo da garantia legal.
- c) A garantia deverá ser prestada pelo fabricante ou fornecedor, com cobertura mínima de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo dos bens, conforme disposto neste Termo de Referência.
- d) A garantia será prestada com vistas a manter os produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante.
- e) A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- f) Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- g) As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- h) Uma vez notificado, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- i) O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pela Contratante.
- j) Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- k) O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- l) A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.17. **A garantia de manutenção e assistência técnica** será estabelecida de acordo com a especificidade do objeto do contrato, **da seguinte forma:**

- a) Garantia total mínima de 01 ano (12 meses) contra eventuais defeitos de fabricação e assistência técnica autorizada, emitida pela empresa a ser Contratada e/ou fabricante, informando que prestará assistência técnica e atenderá os chamados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, durante o período de garantia e entrega dos produtos.
- b) Declaração de garantia total mínima de 01 ano (12 meses) contra eventuais defeitos de fabricação e assistência técnica autorizada, emitida pelo licitante e/ou fabricante, informando que prestará assistência técnica e atenderá os chamados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, durante o período de garantia e entrega dos produtos.

5.18. O Objeto ora licitado seguirá o CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO PRÉVIO, abaixo descrito:

SERVIÇOS	QUANTIDADE TOTAL	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8
Serviço de confecção das placas	37 un.	10 un.	9 un.	9 un.	9 un.				
	33,5%	9,05%	8,15%	8,15%	8,15%				
Serviço de confecção dos totens	15 un.	04 un.	04 un.	04 un.	03 un.				
	34,0%	9,07%	9,07%	9,07%	6,79%				
Serviço de remoção das placas existentes, incluindo suas partes metálicas, bases e fundações, e destino final ambientalmente adequado de todo o material removido	24 un.			8 un. (em Natal)	8 un. (7 em Natal e 1 un. em Parnamirim)	8 un. (3 em Parnamirim, 3 un. em Extremoz, 2 un. em Nisia Floresta)			
	1,0%			0,34%	0,33%	0,33%			
Serviço de remoção dos totens existentes, incluindo suas partes metálicas, bases e fundações, e destino final ambientalmente adequado de todo o material removido	13 un.			4 un. (em Natal)	4 un. (em Extremoz)	5 un. (2 em Parnamirim e 3 un. em Nisia Floresta)			
	0,75%			0,23%	0,23%	0,29%			
Serviço de instalação/montagem das placas	37 un.			7 un. (em Natal)	7 un. (em Natal)	5 un. (em Natal)	7 un. (em Extremoz)	5 un. (em Parnamirim)	6 un. (em Nisia Floresta)
	16,65%			3,15%	3,15%	2,25%	3,15%	2,25%	2,7%
Serviço de instalação/montagem dos totens	15 un.			3 un. (em Natal)	2 un. (em Natal)	3 un. (em Extremoz)	2 un. (em Extremoz)	2 un. (em Parnamirim)	3 un. (em Nisia Floresta)
	14,10%			2,82%	1,88%	2,82%	1,88%	1,88%	2,82%

- 5.19. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.20. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 5.21. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.22. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 5.23. A Contratada deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto no endereço relacionado no termo de referência.

5.18. **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

- 5.19. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar a mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e o que mais necessário for para a perfeita execução da obra, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos em anexo, promovendo sua substituição quando necessário.
- 5.20. Os materiais a serem empregados deverão ser novos, de primeira qualidade e obedecer às especificações do presente documento, as normas de ABNT no que couber e, na falta destas

- ter suas características reconhecidas em certificados ou laudos emitidos por laboratório tecnológico idôneo.
- 5.21. Quando as circunstâncias ou condições peculiares do local o exigirem será facultada a substituição de materiais especificados por outros equivalentes mediante prévia e expressa autorização da FISCALIZAÇÃO, para cada caso em particular. A CONTRATADA deverá apresentar por escrito os motivos da substituição e um orçamento comparativo.
- 5.22. A execução dos serviços obedecerá rigorosamente ao projeto em sua forma, dimensões, concepção arquitetônica e ao presente documento.
- 5.23. Antes da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá conferir as condições e as medidas no local da obra.
- 5.24. A empresa CONTRATADA é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante às disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.
- 5.25. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA
- 5.26. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.27. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- 5.28. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública;
- 5.29. A Contratada deverá ter conhecimento do Termo de Referência e seus anexos;
- 5.30. Todos os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações para serviços dessa natureza, obedecendo às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21, **além das previstas na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PELO MENOR PREÇO nº 00000/2026 e seus anexos**, dentre outras neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste, a saber:

- 6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 6.2. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 6.3. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 6.4. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 6.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 6.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 6.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 6.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 6.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 6.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 6.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 6.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 6.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 6.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
 - a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
 - b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
 - e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 6.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 6.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 6.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 6.20. LIQUIDAÇÃO
- 6.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 6.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - o prazo de validade;
 - l. a data da emissão;
 - ll. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - lll. o período respectivo de execução do contrato;
 - l. o valor a pagar; e
7. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 6.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 6.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
 - a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 6.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 6.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 6.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO (art. 92, V, VI da Lei nº 14.133/2021)

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o VALOR de **R\$ XXX (YYYY)**, correspondente ao objeto, **conforme proposta** da CONTRATADA, não sendo permitida, em nenhuma hipótese, a antecipação de pagamentos e o pagamento de serviços (e ou fornecimentos) não executados ou executados de forma incompleta, **além das previstas na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PELO MENOR PREÇO nº 00000/2026 e seus anexos**, dentre outras neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste, a saber:

- 7.1.O valor anual do presente contrato para o período de 12 (doze) meses consecutivos, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos, necessários à perfeita execução deste contrato, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho.
- 7.2.O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.3.Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.4.Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.5.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.6.O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário

favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.7.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

7.8.O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.9.O pagamento efetuar-se-á mensalmente, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, condicionados ao prévio atesto dos serviços pelo Gestor e à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias vencidas relativas ao contrato, após o recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação dos serviços, cuja data de emissão **não poderá ser anterior à do último dia do mês vencido.**

7.10. O primeiro documento fiscal a ser apresentado terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês, e os documentos fiscais subsequentes terão como referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.

7.11. Os pagamentos mensais ficam condicionados à manifestação da gestão do contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades, qualidade e cumprimento das demais obrigações contratuais.

7.12. Eventual irregularidade constatada na apresentação dos documentos ensejará a suspensão do pagamento até que haja sua regularização no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, sem prejuízo da possibilidade de depósito dos valores em conta vinculada, pagamento direto aos trabalhadores, aplicação de penalidade, bem como de rescisão unilateral pela Administração.

7.13. A falta de qualquer empregado, com exceção daqueles em gozo de férias, sem a reposição prevista, implicará desconto automático de 1/30 (um trinta avos) do valor unitário mensal da categoria, por dia, sem prejuízo da incidência da multa contratual.

7.14. No encaminhamento do documento fiscal, a CONTRATADA deverá fazer demonstração analítica da cobrança de cada rubrica de que trata esta cláusula.

7.15. As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.16. Havendo vício a reparar em relação ao documento fiscal mencionado no *caput* do Parágrafo Quinto, o prazo para pagamento poderá ser suspenso até que haja reparação do vício.

7.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha incorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no Parágrafo Quinto e a data do efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento fiscal próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: I = i / 365 I = 6/ 100 / 365 I = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E DA REPACTUAÇÃO (art. 92, V, X, §§, 4º, 6º da Lei nº 14.133/2021)

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que os preços inicialmente contratados são fixos no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado da Administração, **além das previstas na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PELO MENOR PREÇO nº 00000/2026 e seus anexos**, a ser contabilizado conforme os seguintes critérios:

8.1. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que os preços inicialmente contratados são fixos no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado da Administração, segundo Anexo I deste Edital.

8.2. Após o interregno de 01 (um) ano, mediante solicitação da CONTRATADA, os preços iniciais poderão ser reajustados.

8.3. Os valores contratados poderão ser reajustados, mediante solicitação da contratada, após o interregno de um ano, aplicando-se o índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com data base vinculada à data do orçamento estimado pela Administração (Art. 25, §7º, da Lei 14.133/2021).

8.4. O reajuste poderá ser dividido em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizado em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

8.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

8.6. A data do orçamento estimado da Administração, será considerada para todos os fins, como o mês em que foi produzido o referido orçamento, ou seja, não deverá ser utilizado o cálculo pró-rata, mas sim o mês cheio.

8.7. Os valores contratados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, devidamente comprovados, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, conforme previsto no art. 124, inciso II, alínea "d" da Lei nº 14.133/2021.

8.8. Os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus e que não forem solicitados durante a vigência do contrato, também serão objeto de preclusão com o encerramento do contrato.

8.9. O reajustamento em sentido estrito é a forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais;

8.10. Ocorre reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais.

8.11. REPACTUAÇÃO é a forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato utilizada para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra, e ocorrerá:

a) A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

b) A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

c) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, **a repactuação** a que se refere ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

d) A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

e) Repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

f) Nos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra, o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no **§6º do art. 135 da Lei** Federal nº. 14.133/2021.

NONA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021, **além das previstas na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PELO MENOR PREÇO nº 00000/2026 e seus anexos**, dentre outras neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (art. 92, VIII da Lei nº 14.133/2021)

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária classificada como Projeto de atividade: 27.203.18.541.0402- Subação:248401 - Manutenção e Conservação da Sinalização do Balneabilidade, das Unidades de Conservação e das Áreas com Restrição Ambiental. Elemento de Despesa - Detalhe de Despesa: 33.90.30 - Material de Consumo e 33.90.39 - Outras Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Fonte de Recurso: 0.5.01 - Outros Recursos não Vinculados, tendo sido empenhadas mediante a **Nota de Empenho nº _____ de _____ de 2026, além das previstas na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PELO MENOR PREÇO nº 00000/2026 e seus anexos**, dentre outras neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste, a saber:

10.1. Para os exercícios futuros, o CONTRATANTE emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA (art. 92, XII, XIII da Lei nº 14.133/2021)

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no **valor de R\$ (XXXX)**, correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total deste contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, **além das previstas na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PELO MENOR PREÇO nº 00000/2026 e seus anexos**, dentre outras neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste, em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

11.1.A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e formalizar a entrega do comprovante respectivo, exclusivamente por meio de registro no Serviço na Diretoria Administrativa do CONTRATANTE, **endereço ao Gestor do contrato**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do início da vigência contratual, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

11.2.Quando a CONTRATADA optar pela modalidade prevista no inciso II do *caput*, o prazo para apresentação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação.

11.3. A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

11.4.A partir do vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para renová-la ou complementá-la, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

11.5.A garantia será liberada, se for o caso, até 15 (quinze) dias após a comprovação do adimplemento de todas as verbas devidas aos empregados a título rescisório, observando-se os requisitos da Cláusula Sétima.

11.6.A garantia prevista somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;

- 11.7.Caso o pagamento de que trata o inciso anterior não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.
- 11.8.A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato, devendo se estender até o prazo de 3 (três) meses, após o término da vigência contratual.
- 11.9.O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.
- 11.10. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, deverá assegurar ressarcimento, indenização e pagamento de, no mínimo:
- I -** Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- II -** Multas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA;
- III-** Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato;
- IV-** Obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do contrato e não honradas pela CONTRATADA;
- 11.11. No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, deverá apresentar cobertura para todos os riscos elencados desta Cláusula.
- 11.12. A CONTRATADA que prestar a garantia na modalidade caução poderá optar pelo seu parcelamento.
- 11.13. Autorizado pela Administração o parcelamento da garantia na modalidade caução, a empresa contratada poderá optar pela retenção mensal de seus créditos até a integralização do valor correspondente à garantia.
- 11.14. O parcelamento poderá ser feito em até 5 (cinco) prestações mensais e deverá observar o período de vigência remanescente do contrato, de modo que o valor a ser garantido esteja plenamente integralizado antes do encerramento da avença.
- 11.15. Caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o CONTRATANTE fica autorizado a reter parte do pagamento mensal à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 11.16. As retenções de crédito realizadas pelo CONTRATANTE para a formação de reserva financeira em valor suficiente para suprir a constituição de garantia contratual regular poderão ser parceladas mediante solicitação da empresa contratada, observado o disposto no Parágrafo Nono.
- 11.17. Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por essa razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.
- 11.18. A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do caput desta cláusula.
- 11.19. Havendo alteração contratual, a CONTRATADA deverá comunicar o fato e encaminhar à seguradora o respectivo documento que formalize a alteração para fins de emissão do respectivo endosso, devendo a CONTRATADA apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da formalização da alteração contratual, a comprovação da referida comunicação e a anuência da seguradora, sob pena de multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total remanescente deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação.
- 11.20. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, para fins de configuração de “expectativa de sinistro”, o CONTRATANTE deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora tão logo ocorra a instauração do processo administrativo sancionatório.
- 11.21. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do IDEMA (Ordenador de Despesas) promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, **além das previstas na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PELO MENOR PREÇO nº 00000/2026 e seus anexos**, dentre outras neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste, a saber:
- 12.1.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 12.2.Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 12.3.As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 12.4.O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 12.5.Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 12.6. PREPOSTO
- 12.7.A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 12.8.A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução dos serviços para representá-lo na execução do contrato.
- 12.9.A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 12.10. FISCALIZAÇÃO
- 12.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 12.12. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA
- 12.13. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 12.14. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 12.15. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 12.16. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 12.17. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 12.18. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 12.19. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
- 12.20. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 12.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 12.22. GESTOR DO CONTRATO
- 12.23. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 12.24. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 12.25. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 12.26. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 12.27. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 12.28. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 12.29. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV da Lei nº 14.133/2021)

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, **além das previstas na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PELO MENOR PREÇO nº 00000/2026 e seus anexos**, dentre outras neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste, o Licitante ou Contratado que:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;

- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.1.Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência.** A sanção prevista será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.(art. 156, §2º, da Lei 14.133de 2021);

II. **Multa.** A sanção prevista, será calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser **inferior** a 0,5% (cinco décimos por cento) **nem superior** a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#). (art. 156, §3º, da Lei 14.133 de 2021);

III. **Impedimento de licitar e contratar.** A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. (art. 156, §4º, da Lei 14.133 de 2021);

IV. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.** A sanção prevista será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. (art. 156, §5º da Lei 14.133 de 2021);

13.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras, segundo art. 156, §6º da Lei 14.133 de 2021);

13.3.Na aplicação das sanções serão considerados: I - a natureza e a gravidade da infração cometida; II - as peculiaridades do caso concreto; III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes; IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

13.4.As sanções previstas de advertência, **impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar e contratar** do Caput da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, poderão ser aplicadas cumulativamente com a Multa;

13.5.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

13.6.A aplicação das sanções previstas Caput da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

13.7.A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

13.8.Os atos previstos como infrações administrativas Lei 14.133 de 2021ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei;

13.9.A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

13.10. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato, **além das previstas na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PELO MENOR PREÇO nº 00000/2026 e seus anexos**, dentre outras neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste, sujeitando-se às seguintes penalidades:

14.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

- a) advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;
- d) impedimento de licitar e contarar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156;
- f) aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

14.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021 **além das previstas na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PELO MENOR PREÇO nº 00000/2026 e seus anexos**, dentre outras neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste, a saber:

15.1.A extinção do contrato poderá ser:

- I. determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. consensual, por acordo entre as partes; ou
- III. determinada por decisão judicial.

15.2.A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do CONTRATANTE.

15.3.Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Nos contratos celebrados pela Administração Pública são HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS, **além das previstas na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PELO MENOR PREÇO nº 00000/2026 e seus anexos**, dentre outras neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste, a saber:

- 16.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
 - I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
 - II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
 - III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
 - IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
 - V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
 - VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
 - VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
 - VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
 - IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 16.2. Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no **item 16.1**.
- 16.3. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
 - I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 da Lei 14.133/2021](#);
 - II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
 - III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

16.4. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do Item 16.3 observarão as seguintes disposições:

- I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
 - II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021](#);
- 16.5. Os emitentes das garantias previstas no [art. 96 da Lei 14.133/2021](#) deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 16.6. Os contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as domiciliadas no exterior, deverão conter cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, ressalvadas as seguintes hipóteses:
- I. licitação internacional para a aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte ou por agência estrangeira de cooperação;
 - II. contratação com empresa estrangeira para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior precedida de autorização do Chefe do Poder Executivo;
 - III. aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

16.7. De acordo com as peculiaridades de seu objeto e de seu regime de execução, o contrato conterá cláusula que preveja período antecedente à expedição da ordem de serviço para verificação de pendências, liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução.

16.8. Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ASSINATURA DO CONTRATO

Depois das formalidades legais e análises das regras previstas na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PELO MENOR PREÇO nº 00000/2026 e seus anexos, dentre outras neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste, a Empresa será convocada para **assinar o contrato**, dentro do prazo de 5 (cinco) **dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato.

- 17.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 17.2. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado, ou;
- 17.3. O CONTRATANTE poderá **disponibilizar via Sistema Sei** o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 17.1;
- 17.4. Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido anteriormente, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021;
- 17.5. **A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos** e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura: 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação; 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta;
- 17.6. No caso de obras, a Administração divulgará em site eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados;
- 17.7. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor;
- 17.8. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) **é o site eletrônico oficial destinado a divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela Lei nº 14.133/2021**, sendo a **divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos** e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura: 20 (vinte) dias úteis, **no caso de licitação**; 10 (dez) dias úteis, **no caso de contratação direta**.

18.1. **Dessa forma, o prazo de vigência** será de 01 (um) ano, **com validade e eficácia do contrato e de seus aditamentos contados da data de expedição no PNCP, convalidado pela assinatura dos signatários**, podendo ser prorrogado nos ditames da Lei nº 14.133/2021, conforme previsto neste contrato.

18.2. O prazo de vigência contratual deve ser suficiente para viabilizar o prazo de execução, de substituição ou de reparo (caso necessários), recebimento provisório, definitivo e pagamento.

18.3. Conforme o interesse da Administração, a rescisão unilateral do contrato, de modo a, diante da impossibilidade prática de realização de novo procedimento licitatório, viabilizar a contratação do objeto remanescente do contrato nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

18.4. Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.

18.5. Quando consultada, a manifestação positiva da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação da vigência do contrato, nos termos do art. 422 do Código Civil, gera legítima expectativa para o CONTRATANTE quanto à assinatura do termo aditivo necessário à formalização da renovação da vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA NONO- DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III da Lei nº 14.133/2021)

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133 de 2021, normas do Estado do Rio Grande do Norte, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro-LINDB, demais normas federais aplicáveis, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA MATRIZ DE RISCO

Para que o gerenciamento de riscos seja efetivo é necessário identificar os riscos agrupando-os em função dos processos afetados, realizar análise qualitativa dos riscos identificados, além de definir a resposta ao risco. Em relação às análises realizadas por este Núcleo, foi elaborado o seguinte **Mapa de Risco** associado a este processo, no que tange aos principais **Riscos que possam comprometer o sucesso do processo de contratação**, e aos principais **Riscos que possam comprometer o sucesso na execução contratual**, segundo tabelas abaixo:

Quanto aos **riscos que possam comprometer o sucesso do processo de contratação**

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	IMPACTO (DANO POTENCIAL)	RESPOSTA AO RISCO (ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO)	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA AÇÃO
Ausência de recurso orçamentário suficiente para a contratação	BAIXA	ALTO	Garantir a prévia dotação orçamentária e a reserva dos recursos financeiros necessários antes da publicação do edital, com verificação junto à área financeira	Diretor Geral do IDEMA e Setor Financeiro
Não participação de fornecedores com habilitação técnica para execução dos serviços	MÉDIA	ALTO	Ampla divulgação do edital em meios oficiais e eletrônicos, incluindo o envio de comunicações por e-mail a fornecedores previamente identificados no mercado, além da definição de exigências técnicas compatíveis com o objeto	Agente de Contratação
Pesquisa de preços incompatível com os valores praticados no mercado	BAIXA	MÉDIO	Realizar pesquisa de preços conforme os parâmetros previstos no art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, utilizando fontes diversas e atualizadas, como contratações similares, painéis de preços e cotações formais	Equipe de planejamento da Contratação
Falhas na especificação técnica do objeto (dimensões, materiais, resistência ambiental, layout das placas e totens, entre outros)	BAIXA	MÉDIO	Revisão do Termo de Referência, com validação técnica prévia das especificações, incluindo requisitos de durabilidade, resistência à maresia e padronização visual dos objetos	Equipe de Planejamento e área técnica demandante
Exigências excessivas ou inadequadas no edital que restrinjam a competitividade	BAIXA	MÉDIO	Revisão jurídica e técnica do edital para garantir que as exigências de habilitação sejam proporcionais e estritamente relacionadas ao objeto	Agente de Contratação e Assessoria Jurídica
Impugnações, recursos administrativos ou questionamentos ao edital	MÉDIA	MÉDIO	Elaboração clara e fundamentada do edital e observância estrita à Lei nº 14.133/2021	Agente de Contratação e Assessoria Jurídica

Quanto aos principais **riscos que possam comprometer o sucesso na execução contratual**

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	IMPACTO (DANO POTENCIAL)	RESPOSTA AO RISCO (ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO)	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA AÇÃO
Não execução das atividades pela CONTRATADA conforme especificações técnicas, forma e prazos estabelecidos	MÉDIA	ALTO	Acompanhamento contínuo da execução contratual, com fiscalização técnica, registros formais de não conformidades e aplicação das penalidades previstas em contrato, quando necessário	Gestor e Fiscal do Contrato, e Preposto da Contratada.
Não cumprimento das obrigações atribuídas à CONTRATANTE nos prazos estabelecidos	BAIXA	MÉDIO	Planejamento prévio das ações sob responsabilidade do Contratante, com definição clara de prazos internos e acompanhamento pelo gestor do contrato	Gestor e Fiscal do Contrato
			Inspeção técnica no recebimento dos materiais, com	

Entrega de placas e/ou totens com defeitos, falhas de acabamento ou fora das especificações técnicas	BAIXA	MÉDIO	recusa formal dos itens em desconformidade e exigência de substituição, conforme cláusulas contratuais	Fiscal do Contrato
Instalação de placas e/ou totens em localidade diferente, incorreta ou divergente da prevista no projeto	MÉDIA	ALTO	Reunião de alinhamento técnico antes do início dos serviços; vistoria prévia dos locais de instalação dos equipamentos; disponibilização das coordenadas, croquis, mapas e identificação precisa dos pontos de instalação; acompanhamento da execução por meio de fiscalização <i>in loco</i> ; e relatório de instalação com fotos georreferenciadas após a execução.	Fiscal do Contrato e Preposto da Contratada
Inexecução total ou execução parcial do contrato	BAIXA	ALTO	Fiscalização rigorosa da execução contratual, registro de ocorrências, aplicação de sanções administrativas previstas e, se necessário, adoção das medidas legais cabíveis	Gestor e Fiscal do Contrato
Atrasos na entrega e instalação das placas e totens em razão de condições climáticas adversas (chuvas intensas, ventos fortes, maré alta)	MÉDIA	MÉDIO	Previsão de cronograma flexível, considerando sazonalidade climática, e planejamento das atividades em períodos mais favoráveis	Fiscal do Contrato e Preposto da Contratada
Danos às estruturas existentes, ao patrimônio público ou a terceiros durante a execução dos serviços	BAIXA	ALTO	Fiscalização contínua da execução dos serviços e responsabilização dos danos à CONTRATADA	Gestor e Fiscal do Contrato
Baixa durabilidade dos materiais utilizados, especialmente devido à exposição à maresia e à radiação solar	MÉDIA	MÉDIO	Exigir materiais adequados ao ambiente costeiro, com garantia mínima e comprovação técnica de resistência	Fiscal do Contrato

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica definido o foro da Justiça Estadual da Capital, Natal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato, segundo previsão neste contrato. Assim ajustados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem.

Natal/RN, 0X de XXXXXX de 2026..

WERNER FARKATT TABOSA
Diretor-Geral

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
Nome: Marília Paiva de Souza
CPF:

Nome: Maria Ires Medeiros
CPF:

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaramos que esta empresa , inscrita no CNPJ (MF) nº , inscrição estadual nº , estabelecida no (a) possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

Nome do Órgão/Empresa N°/Ano do Contrato Valor total do contrato

Valor total dos Contratos R\$

Local e data Assinatura e carimbo do emissor

Observações:

- 1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
- 2. O licitante deverá informar **todos** os contratos vigentes

ANEXO IV
MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, **conforme** composição da PLANILHA ANÁLITICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS do Edital da Concorrência Eletrônica e seus anexos, e **modelo resumido** abaixo, nos termos do Capítulo XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

01. Razão Social da Proponente		
02. CNPJ/MF nº:		03 - Inscrição Estadual nº:
04. Endereço:		
05. Bairro:	Cidade/UF	CEP
06. Fone:	Fax:	E-mail
07. Nome para contato:		
08. Condições de pagamento: conforme Edital da Concorrência Eletrônica e seus anexos		
09. Valor total da proposta: R\$ (...) Expresso em algarismo e por extenso (Observado os limites máximos dos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e os preços unitários constantes na planilha de preços do Edital da Concorrência Eletrônica e seus anexos).		
10. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias, a partir da apresentação (data limite para de abertura da sessão).		11. Prazo para entrega: conforme edital
12. Prazo de garantia: Contados da data do recebimento definitivo.		
13. Conta corrente nº:	14. Nome e número do banco	15. Nome e número da Agência
16. Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital da Concorrência Eletrônica e seus anexos nº. XX/2025, tipo Menor Preço Global, forma de execução indireta, deflagrada pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, Processo Licitatório Sei nº. 02810064.000587/2024-89. Verificamos todas as especificações contidas no edital e demais peças que compõem o processo, não havendo discrepância entre quaisquer informações ou documentos que dele façam parte. Estamos cientes de		

todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos assim como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, bem como pelos erros ou omissões, contidas tanto no formulário proposta, como em seus anexos.
17. Declaramos, em caráter irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, que a data base para reajuste/revisão dos preços propostos é a data da apresentação da proposta, em detrimento de qualquer outra.
17.1. Declaramos também, que ocorrendo correção dos preços através de reequilíbrio econômico-financeiro, na forma do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei 14.133/93, do reajuste porventura concedido será compensado o percentual concedido a título de reequilíbrio econômico-financeiro.
18. Esta proposta é composta das informações contidas nesta folha, planilha de custos apresentada nos moldes daquela consignada no projeto básico, planilha de demonstração do BDI, e planilha demonstrativa de custos unitários.
Local/UF _____ de _____ de 2026.
Assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Em atendimento ao disposto no edital de Concorrência Eletrônica nº. XX/2026, Processo Licitatório Sei nº. 02810064.000587/2024-89, DECLARO, que é (são) responsável (eis) técnico(s) pela execução de serviços, conforme projeto básico anexo a este edital, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, e pela adequação do projeto, objeto do certame em referência, o(s) profissional (ais) abaixo indicado(s):

RESPONSÁVEL TÉCNICO
Nome:
CREA/CAU nº
Assinatura do RT:

(Localidade/UF), (...) de (...) de 2026.

Nome e assinatura do representante legal (carimbo da empresa)

ATENÇÃO: Esta declaração deverá ser assinada pelo Responsável técnico e pelo Representante da empresa.

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE NÃO RELAÇÃO DE PARENTESCO

(Nome/razão social) _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) _____ **DECLARO**, na forma do disposto da Lei Estadual nº.10.579, de 07 de agosto de 2019, e no Decreto Federal nº 7.203, de 2010, para fins de contratação de prestação de serviços junto ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), que:

() os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **não são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, inclusive de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento, do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONEMA) e Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH). Não se aplicam as **vedações** a companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau a servidores aposentados ou falecidos.

() os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, inclusive de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento, do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONEMA) e Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH).

Nome do membro: _____
Cargo: _____
Órgão de Lotação: _____
Grau de Parentesco: _____

Por ser verdade, firmo o presente, sob as penas da lei.

Natal/RN, _____ de _____ de 2026.

(Assinatura Representante Legal da Empresa)

ANEXO VII
TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada (endereço completo), telefone (xx) xxxx-xxxx, e-mail: xxxxxxx@xxxxx.com.br, por meio do seu Representante Legal, abaixo firmado, assume o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações e obrigações relacionadas a este Edital e seus Anexos. Por este termo de confidencialidade e sigilo, segundo Lei nº. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), compromete-se:

1. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. A não se apropriar para si ou para outrem de material confidencial e/ou sigiloso;
3. A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e / ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.
4. Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica a abaixo assinada ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Natal/RN, _____ de _____ de 2026.

Assinatura
(Representante legal da empresa)
RG Nº/ CPF nº

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, para fins de participação na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XX/2026, que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob Nº _____, sediada no (endereço completo), representada pelo(a) Sr(a). (nome do representante da empresa), **vistoriou as áreas** onde serão executados os serviços, para tomar pleno conhecimento de suas instalações e das dificuldades que os serviços possam apresentar no futuro.

O Licitante Declara ainda que me foram apresentadas às áreas e instalações, com acesso a todos os locais e detalhes necessários para a elaboração da proposta comercial, tendo sido fornecidas as informações e esclarecimentos inerentes a esta vistoria, por mim solicitados.

Natal/RN, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante da Licitante

Nome (por extenso): _____

Cédula de Identidade: _____